



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Autor: Marco Paulo Chai Fernandes, N.º 2951

Mindelo, 2017

**Departamento de Ciência Humanas, Sociais e Jurídicas Licenciatura em
Ciência Política e Relações Internacionais**

Título da Monografia:

O Municipalismo e Desenvolvimento Local: O Caso do Município do Paúl

Autor: Marco Paulo Chai Fernandes

Orientador: Mestre Arcádio Victor Lopes

Mindelo, 2017

Autor: Marco Paulo Chai Fernandes

**TITULO: MUNICIPALISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO DO
MUNICÍPIO DO PAÚL.**

Declaração de originalidade

Marco Paulo Chai Fernandes autor da monografia intitulado Municipalismo e Desenvolvimento Local: o caso do município do Paúl, declara que a monografia é o resultado do estudo de investigação feita por ele, e que o seu conteúdo é original e que todas as bibliografias consultadas estão devidamente mencionadas no trabalho.

O candidato

Marco Paulo Chai Fernandes

Mindelo 27 de Junho de 2017

Trabalho apresentado a Universidade do Mindelo como
parte dos requisitos para obter o grau de Licenciatura
em Ciência Política e Relações Internacionais.

Dedico este trabalho aos meus pais e irmãos amigos, colegas e familiares
que me incentivaram incondicionalmente na realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a minha mãe pelo apoio incondicional que a me proporcionou desde do primeiro momento que comecei a estudar, ao meu pai e também em especial aos meus irmãos que acreditaram que eu era capaz de chegar nesse patamar importante da minha vida.

Ao meu orientador Mestre Arcádio Victor Lopes pela disponibilidade em aceitar este desafio importante e pela colaboração em diversas fases da monografia.

A Nailene Inocência que me ajudou na realização do estudo de caso.

Aos docentes da Universidade do Mindelo que ao longo dos 4 anos colaboraram no curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais.

A todos os meus amigos e colegas que diretamente ou não forneceram sugestões importantes para que os objetivos traçados fossem alcançados.

Um obrigado a todos!

RESUMO

Este trabalho, intitulado “Municipalismo e Desenvolvimento Local: O Caso do Município do Paul” pretende analisar o impacto do municipalismo no desenvolvimento local em Cabo Verde e mais precisamente no município do Paul.

Ao longo do trabalho, procuramos evidenciar alguns conceitos fundamentais que caracterizam o desenvolvimento dos municípios, nomeadamente o municipalismo, centralização a descentralização, concentração, desconcentração e necessidades básicas, o princípio da subsidiariedade.

De salientar que o fenómeno do Municipalismo em Cabo Verde, e a sua evolução enquanto poder local está longe de alcançar um nível de desenvolvimento satisfatório. Os municípios são muitas vezes incapazes de assegurar os desenvolvimentos locais bem como sua própria autoridade e autonomia. Destacando o fator económico como principal obstáculo para alcançar o desenvolvimento desejado. Com base no estudo de caso, pode-se concluir que o município de Paúl é um município vulnerável e tem enfrentado muitas dificuldades no seu processo de desenvolvimento, como a falta de algumas infraestruturas básicas. Este trabalho mostra que o município está longe de atingir um nível que responda às preocupações dos munícipes.

Palavras-chaves: Municipalismo, Desenvolvimento local, Autonomia financeira.

ABSTRACT

This research paper, entitled 'Municipal System and Local Development: the case of the City of Paul' aims to analyse the impact of municipal policies in local development in Cape Verde and, more precisely, in the municipality of Paul.

Throughout the work, I have tried to highlight some fundamental concepts that characterize the development of the municipalities, including the municipal system, decentralization and centralization, concentration versus desconcentration, the idea of basic necessity as well as the principle of subsidiarity.

We have demonstrate that the phenomenon of the municipal system and its evolution as a local government in Cape Verde is far from reaching a satisfying level of development. The municipalities are often incapable of securing the local developments well as its own authority and autonomy. It's clear that the economic factor is the main obstacle to achieve the desired development. Based on the case study it can be concluded that the city of Paúl is vulnerable and has faced many difficulties in its process of development such as lack of some basic infrastructure. This work shows that it is far from reaching a level that would respond to concerns of its citizens.

Keywords: Municipalism, Local Development, Financial Autonomy.

LISTA DE SIGLAS

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho (ILO) Internacional Labor Organization

PUND - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

PIB – Produto Interno Bruto

WCED - Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (World Commission on Environment Development)

PAICV - Partido Africano Independente de Cabo Verde

PAIGC - Partido Africano Independente de Guiné e Cabo Verde

URSS - União das Republicas Socialistas Soviéticas

MPD - Movimento Para Democracia

CRCV - Constituição da Republica de Cabo Verde

INE - Instituto Nacional de Estatísticas

MED - Ministério de Educação e Desporto

CM – Câmara Municipal

ÍNDICE

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
LISTA DE SIGLAS.....	VIII
ÍNDICES GRÁFICOS.....	XI
ÍNDICE TABELAS.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	14
Pergunta Partida.....	15
Objetivo Geral:	15
Objetivos Específicos:	16
Hipóteses:.....	16
Metodologia.....	17
CAPITULO I - OS VARIOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO.....	18
1.1. Conceito de Desenvolvimento.....	18
1.2. Desenvolvimento Económico.....	20
1.3. Desenvolvimento Social.....	22
1.4. Desenvolvimento Cultural.....	23
1.5. NOVAS ABORDAGENS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	24
1.5.2. Desenvolvimento Participativo.....	25
1.5.3. Desenvolvimento Humano.....	26
1.5.4. Desenvolvimento Sustentável.....	28
1.5.5. Desenvolvimento Local.....	30
1.5.6. Desenvolvimento Comunitário.....	31
1.5.7. Desenvolvimento Integrado.....	32
CAPITULO II - QUADRO TEÓRICO DE ANÁLISE: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	33
2.1. Conceito de Centralização.....	33
2.2. Conceito de Descentralização.....	33
2.3. Conceito de Desconcentração.....	34
2.4. Conceito de Concentração.....	35
2.5. Princípio da Subsidiariedade.....	36
CAPITULO III - O MUNICIPALISMO EM CABO VERDE.....	38
3.1. O Conceito de Municipalismo.....	38
3.2. Autonomia Local.....	39

3.3. Evolução do Poder Municipal em Cabo Verde	40
3.3.1. O Poder Local no Cabo Verde Independente	40
3.4. Os Municípios no Quadro Jurídico Atual.....	43
3.5. Evolução do Número de Municípios em Cabo Verde.....	44
3.6. Desafios e Lacunas do Poder Local em Cabo Verde.....	46
3.7. Órgãos do Poder Local em Cabo verde	47
3.8. Atribuições e Competência dos Municípios	48
3.9. Caracterização do Município do Paúl	49
Comércio	49
Turismo.....	49
CAPITULO IV - ANALISE E TRATAMENTO DE DADOS	52
Análise Do Conteúdo Da Entrevista Efetuado Ao Presidente Da Câmara Municipal Do Paúl.	65
CONCLUSÃO	68
Recomendações/Sugestões	70
BIBLIOGRAFIA	72
ANEXO QUESTIONÁRIO	74
ANEXOS	77
GUIÃO DE ENTREVISTA	77
ANEXO: TABELAS	79

ÍNDICES GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo	52
Gráfico 2 – Idade (%)	52
Gráfico 3 – Nível De Escolaridade (%)	53
Gráfico 4 – Tipos De Serviços Desconcentrados Existe Na Sua Zona (%)	53
Gráfico 5 – Tens Acesso Aos Serviços Básicos (%)	54
Gráfico 6 – Como Avalias O Desempenho Da Cm No Seu Papel De Principal Promotor De Desenvolvimento Local (%)	54
Gráfico 7 – Considera Que A Cm Esta Preparada Para Dar Um Maior Contributo No Desenvolvimento Do Município	55
Gráfico 8 – Qual O Nível De Satisfação Em Relação Ao Desenvolvimento Do Município (%)	55
Gráfico 9 – Que Tipo De Infraestruturas Sociais Existe Na Sua Localidade (%)	56
Gráfico 10 – Existe Problemas Em Relação Ao Transporte Interno (%)	56
Gráfico 11 – Alguma Vez A Cm Já Executou Algum Projeto Na Sua Localidade (%)	57
Gráfico 12 – Se Sim Que Tipo De Projeto A Cm Já Executou Algum Projeto Na Sua Localidade (%)	57
Gráfico 13 – Quando A Cm Vai Executar Algum Projeto Leva Em Conta A Opinião De Quem Vai Beneficiar Do Projeto	58
Gráfico 14 – Acha Que Nos Últimos Anos Tem Saído Ou Entrado Mais Pessoas No Município	58
Gráfico 15 – Caso Tenha Respondido Entrada Indique Por Que Motivos (%)	59
Gráfico 16 – Caso Tenha Respondido Saído Indique Por Que Motivos (%)	59
Gráfico 17 – Sente Apoiado A Nível Da Empregabilidade Por Parte Da Cm	60
Gráfico 18 – Se Sim, Que Tipo De Apoio Recebeu Da Cm	60
Gráfico 19 – Se Não, Que Tipo De Apoio Deveria Existir (%)	61
Gráfico 20 – Já Teve A Necessidade De Recorrer Aos Apoios Atras Referidos	61
Gráfico 21 – É Membro De Alguma Associação	62
Gráfico 22 – Considera Que As Associações/Coletividades Têm Recebido Todo O Incentivo Por Parte Da Cm Nos Últimos Anos	62
Gráfico 23 – Considera Que As Potencialidades Do Município A Nível Do Turismo Têm Sido Aproveitadas	63

Gráfico 24 – Quais As Principais Dificuldades Enfrentadas Pelos Agricultores E	
Produtores (%).....	63

ÍNDICE TABELAS

tabela 1 - Quadro De Evolução Do Número De Municípios Em Cabo Verde	45
Tabela 2 – Género.....	79
Tabela 3 – Idade	79
Tabela 4 – Nível De Escolaridade	79
Tabela 5 – Zona De Residência.....	80
Tabela 6 – Tipo Serviços Desconcentrados Que Existe Na Sua Zona	80
Tabela 7 – Acesso Aos Serviços Básicos	81
Tabela 8 – Como Avalias O Desempenho Da Cm No Seu Papel De Principal Motor De Desenvolvimento Local.....	82
Tabela 9 - Considera Que A Camara Municipal Esta Preparada Para Dar Um Maior Contributo No Desenvolvimento Do Município.....	83
Tabela 10 - Qual O Nível De Satisfação Em Relação Ao Município Do Paúl	83
Tabela 11 - Tipos De Infraestruturas Sociais	83
Tabela 12 - Existe Problemas Relativamente Ao Transporte Interno	85
Tabela 13 - Alguma Vez A Cm Já Executou Algum Projeto Na Sua Localidade	85
Tabela 14 - Quando A Cm Vai Executar Algum Projeto Leva Em Conta A Opinião E Quem Vai Beneficiar Do Projeto	86
Tabela 15 - Acha Que Nos Últimos Anos Tem Saído Ou Entrado Mais Pessoas No Município	86
Tabela 16 - Sente Apoiado A Nível Da Empregabilidade Por Parte Da Cm	87
Tabela 17 - É Membro De Alguma Associação	89
Tabela 18 - Considera As Associações/Coletividades Têm Recebido Todo O Incentivo Por Parte Da Cm Nos Últimos Anos.....	90
Tabela 19 - Considere Que As Potencialidades Do Município A Nível Do Turismo Tem Sido Aproveitadas	90
Tabela 20 - As Principais Dificuldades Enfrentadas Pelos Agricultores E Produtores..	90

INTRODUÇÃO

A problemática do Municipalismo e do Desenvolvimento local tem sido ao longo dos tempos muito debatida, mas ultimamente tem-se mostrado um crescente interesse pelo fenómeno, buscando assim responder da melhor forma as questões ligadas ao Municipalismo e desenvolvimento local. Em alguns países desenvolvidos tem-se notado grandes progressões no que tange a esse fenómeno, sendo assim, tem sido um exemplo a apoiar de forma a combater a problemática da organização do Poder Local.

Em Cabo Verde podemos afirmar que o Municipalismo está enraizado na história do país, na I República 1975/1990 foram criadas Comissões Administrativas, mas extintas no mesmo ano, e em substituição foram adotados como órgãos de Administração Municipal, de Conselhos Deliberativos e de Secretariados Administrativos, que passaram a ser dirigidos pelo Delegado da Administração Interna. É nesse período após a independência que o país encontra-se em grandes condições de vulnerabilidade e de uma pobreza extrema. Neste sentido era mais do que necessário, ou seja urgente criar condições básicas para arrancar com o processo do desenvolvimento do país optando assim por uma política de captação de recursos para ajudar no processo de desenvolvimento cabo verde, através de parceiros internacionais.

O País, tanto no passado como no presente, tem apostado na qualidade de vida dos cidadãos e no progresso de desenvolvimento. Ciente dos desafios que o desenvolvimento pressupõe, impõe-se um compromisso entre o poder local e o poder central, organizações e parceiros internacionais como pressuposto essencial para o seu progresso desenvolvimento.

O motivo que levou a escolha do tema é em primeiro lugar perceber como é que os municípios tem participado no processo de desenvolvimento local o seu contributo no desenvolvimento a nível nacional. Outra razão por verificar é que num contexto muito confrontado, em que o poder local não consegue dar respostas aos seus compromissos assumidos com os membros das comunidades é preciso analisar a problemática que o municipalismo enfrenta na projeção do desenvolvimento local tendo em conta a disponibilidade de poucos recursos e da fraca autonomia que lhes é concedida por parte do poder central. Com a globalização e a modernidade, o municipalismo em Cabo Verde

lançou novas exigências, desafios e em especial a Câmara Municipal do Paúl que não foge a regra das dificuldades enfrentadas para fazer uma gestão eficaz e eficiente e que contribua para desenvolvimento sustentável do município.

O trabalho está estruturado em quatro (4) capítulos, para além da introdução e conclusão. De realçar que a realização deste trabalho existe uma enorme carência no que tange a conteúdos bibliográficos para realização do mesmo.

No primeiro e no segundo capítulo, abordagem teórica, apresenta-se os conceitos considerados pertinentes para uma melhor compreensão do trabalho.

No terceiro capítulo, o Municipalismo em Cabo Verde entre eles algumas abordagens pertinentes, como o conceito municipalismo, autonomia local, evolução do poder local em Cabo Verde, os municípios no quadro jurídico atual, a evolução do número de municípios em Cabo Verde, os órgãos do poder local em Cabo Verde, as atribuições dos municípios em Cabo Verde.

No quarto e último capítulo, **estudo de caso**, faz-se uma breve caracterização do município do Paúl.

Pergunta Partida

Até que ponto o Municipalismo enquanto promotor do desenvolvimento local tem contribuído para o desenvolvimento do município do Paul?

Objetivo Geral:

Compreender a problemática do municipalismo perante o desenvolvimento local no Paul.

Objetivos Específicos:

1. Analisar a problemática da participação dos Paulenses no processo de tomada de decisões perante as políticas de desenvolvimento do município;
2. Analisar as estratégias adotadas pela Câmara Municipal do Paúl e os seus efeitos no desenvolvimento local;
3. Identificar os problemas decorrente na limitação da autonomia financeira do município;

Hipóteses:

1. A ausência da autonomia financeira do município do Paúl tem sido uma barreira enorme para o desenvolvimento do município e consequentemente a sua fraca capacidade de gerar receitas.
2. O principal problema do Município do Paul é a alta taxa de desemprego e que tem repercutido na saída de pessoas, entre eles, quadros altamente qualificados para outras ilhas ou fora do país a procura de melhores condições de vida;
3. A Câmara Municipal do Paúl está consciente das suas condições e das dificuldades em dar uma resposta satisfatória ao desenvolvimento do município.

Metodologia

Em qualquer trabalho de investigação científica torna-se necessário definir procedimentos metodológicos, isto é, uma linha condutora que nos vai orientar ao longo o trabalho de modo à não desviarmos dos nossos objetivos.

Para a realização do trabalho, terá a necessidade de fazer uma abordagem qualitativa onde iremos basear em livros, artigos científicos, monografias, teses, dissertações e todas as fontes documentais que acharmos necessários. Também abordaremos o trabalho na perspetiva quantitativa, ou seja, através da aplicação de questionários com intuito de apreender as opiniões dos munícipes a cerca do municipalismo e o desenvolvimento local.

Nestes questionários, e tendo em conta a dimensão do município do Paúl, ou seja, um município muito pequeno, com uma população a rondar os 7.032 habitantes, optamos por inquirir 78 munícipes em todas as localidades do Paúl.

Os dados recolhidos no questionário aplicado aos munícipes do Paúl foram tratados e analisados num programa informático de análise estatístico (SPSS) para obter a resposta sobre a nossa pergunta de partida.

Para a recolha de informação, utilizou-se também, a técnica de entrevista para conhecer a opinião do Presidente da Câmara Municipal, com o objetivo de perceber de uma forma mais exaustiva a opinião deste sobre o desenvolvimento do Município do Paúl. Essa entrevista foi realizada no dia 07 de Junho de 2017. Foi realizada presencialmente e os dados recolhidos apontados manualmente, durante a realização da mesma. Foi constituída num total de 10 perguntas.

CAPITULO I - OS VARIOS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO

1.1. Conceito de Desenvolvimento

Desde muito cedo se observam os grandes esforços na pesquisa e numa tentativa de elaborar um conceito de desenvolvimento que o afastassem a sua identificação com o crescimento económico, isto acontece no período pós segunda guerra mundial em que o desenvolvimento de muitos países estava conotado apenas no crescimento económico, sendo considerado a condição necessária e suficiente (*sine qua non*) para o desenvolvimento, que dependiam as melhorias do bem-estar da população. E numa tentativa de avaliação do nível de desenvolvimento dos países, esses dois conceitos eram utilizados de forma sistemática, abrangendo assim indicadores de crescimento económico e níveis de rendimento per capita.(Moreira, 2009)

Segundo Amaro 2003 (cit.in Moreira 2009), foi na década de 70 que se deu um ponto de viragem decisivo nas abordagens do conceito de desenvolvimento levado a cabo de acordo com os seguintes acontecimentos:

- Frustrações dos países do terceiro mundo em relação a evolução do seu desenvolvimento;
- Crescimento de desigualdades sociais nos países desenvolvidos;
- Consciencialização sobre os problemas ambientais causadas pelo desenvolvimento;
- Irregularidades no processo de crescimento económico, e mudança de paradigma do crescimento económico;
- Surgimento das intensas e diversas crises nos países socialistas, devida a forte corrida internacional ao capitalismo;

Segundo o autor e a partir destes acontecimentos que se da uma grande reforma no paradigma do conceito de desenvolvimento, estruturando assim numa perspetiva multidimensional e interdisciplinar passando a englobar os conceitos de desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano, comunitário, social, cultural entre outros conceitos importantes.

Numa perspetiva geral o desenvolvimento pode ser visto como um processo de carácter multidimensional, tendo o ser humano como a preocupação central. Englobando questões que dizem respeito a melhoria generalizada das condições de vida do ser humano, tais como o acesso aos meios que asseguram o seu bem-estar, a liberdade cívica e política, a promoção da igualdade de oportunidades, a proteção do ambiente, a melhorias das condições de saúde, educação e emprego, etc. (Moreira, 2009)

Proença (2005:13), defende o conceito de desenvolvimento sempre como processo de mudança evoluiu a partir da sua identificação com a dinâmica de crescimento económico que foi real na década de 90, mas que passou a integrar aspetos sociais, culturais e de desenvolvimento da personalidade individual

Arthur Lewis, em 1995, reconhece que o processo de desenvolvimento consiste em alargar o leque de escolhas humanas mas opta expressamente pela noção de crescimento económico quando afirma "O nosso assunto é o crescimento, não a distribuição", a posição de Bruton em 1965 sobre a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, realça a sua importância, mas defende que não é necessário procura a medida multidimensional, pois o produto per capita é um substituto eficiente.(Proença, 2005)

Para François Perroux 1964 um dos economistas que mais se debruçaram sobre o tema exprimiu-se assim:

“O desenvolvimento é a combinação das transformações mentais e sociais de uma população que a tornaram apta a fazer crescer cumulativamente e duradouramente o seu Produto global”.

Segundo este autor, “desenvolvimento pode descrever-se dos dois ângulos seguintes: é, por um lado, transformações das estruturas mentais e dos hábitos sociais de uma população, por outro, transformações observáveis no sistema económico e nos tipos de organização.(Rodrigues, 2015)

Mário Murteira (1982), considera o desenvolvimento uma noção qualitativa, complexa, e envolve a explicitação de juízos de valor. “O desenvolvimento é um conceito normativo que traduz determinada conceção desejável da mudança social ou do processo

histórico em dada formação social referenciada no espaço e no tempo”. Refere este autor ainda “três princípios base que se associam correntemente ao conceito de desenvolvimento”, em resumo:

- “A todos os homens e a cada homem sejam oferecidas condições para o pleno aproveitamento das suas capacidades, segundo as suas próprias aspirações”;
- “Não discriminação entre indivíduos, qualquer que seja o sexo, a raça, a classe, a atividade, a região a que pertençam”;
- Autodeterminação ou independência do processo de desenvolvimento nacional em relação a instâncias exteriores ao Estado;

Em conclusão podemos afirmar que o conceito de desenvolvimento tornou-se global envolvendo todos os aspetos que compõem uma sociedade, cujo adota todas as condições pela qual as pessoas que dela fazem parte se sentem realizadas em todos os aspetos, deixando de ser um questão meramente economicista passando englobar os aspetos como a paz e a estabilidade, a boa governança a educação, a saúde, o acesso ao conhecimento, congregando princípios de equidade, inclusão e participação, unidade, solidariedade e respeito pela diferença.(Proença, 2005)

1.2. Desenvolvimento Económico

Para(Diniz, 2006), a primeira ideia a reter é que o desenvolvimento pressupõe o crescimento a partir de um determinado *status quo* e, tem por isso, a ideia de progresso.

Segundo Kindelberger (1976), é impossível pensar-se em desenvolvimento sem crescimento económico, uma vez que qualquer alteração da função tem subjacente uma mudança de tamanho, e enquanto determinada economia não conseguir produzir mais do que consome, através do seu crescimento, torna-se inexequível a canalização de excedentes, ou seja o desenvolvimento engloba o crescimento económico sendo a uma das condições para afirmação do próprio conceito de desenvolvimento.

Turcotte (1977) identifica o crescimento económico como uma via de progresso e desenvolvimento, ou seja identificando assim o crescimento económico como uma rampa para atingir o desenvolvimento. Segundo este autor a dimensão económica e política do crescimento aparece no conceito de desenvolvimento com a igual força dimensão social, cultural, e em que a própria ética condiciona o próprio desenvolvimento. O desenvolvimento é um processo complexo que engloba os aspetos económicos políticos sociais e psicológicos da vida em sociedade sendo assim o crescimento económico não se confunde com o desenvolvimento.(Diniz, 2006)

Na perspetiva de Matos (2000), o crescimento económico toma um sentido cada vez mais restrito e contrapõe-se, portanto, a desenvolvimento que engloba o crescimento económico propriamente dito e as suas repercussões sobre o bem-estar das pessoas e o próprio sistema social.

Nenhuma definição que se dê do desenvolvimento económico será inteiramente satisfatória (Meier et al., 1968:12). Este autor acrescenta que o desenvolvimento económico é um processo pela qual o rendimento nacional de uma economia aumenta durante um longo período de tempo.(Lopes, 2013)

Kindleberger (1976), refere que o desenvolvimento económico e o resultado do esforço da sociedade faz para se desenvolver em que a natureza e intensidade desse esforço dependem, porém, das condições de estrutura, de cultura e de organização da sociedade. Perante o crescimento a medida unidimensional é o rendimento nacional per capita, ou seja, o crescimento económico pressupõe o aumento desta variável. Segundo este autor o desenvolvimento económico tem grande influência nas estruturas das classes, logo pressupõe o aumento desta há maior participação política.(Lopes, 2013)

Para (Lewis,1960:13), o aumento da produção per capita depende de uma parte, dos recursos naturais disponíveis, e de outra, do comportamento humano. É, porem, igualmente claro que países que parecem ter aproximadamente os mesmos recursos, mostram grandes diferenças no seu grau de desenvolvimento, o que torna preciso estudar as diferenças do comportamento humano que influenciam o desenvolvimento económico.(Lopes, 2013)

Atualmente, apesar de não haver uma definição de desenvolvimento universalmente aceite, existe um amplo consenso de que desenvolvimento tem claros pontos de contacto com outros conceitos utilizados na literatura como bem-estar e qualidade de vida.

1.3. Desenvolvimento Social

O conceito de desenvolvimento social surgiu em 1995, na conferência de Copenhaga organizada pela ONU para discutir e inventariar os problemas sociais do desenvolvimento. Nesta conferência visava também estabelecer alguns compromissos entre os estados membros para garantir níveis mínimos de bem-estar social, tomando algumas medidas para essas garantias, a nível da educação da saúde de um salário mínimo, de um rendimento mínimo ou de uma pensão mínima.(Amaro, 2003)

Também o Banco Mundial passou a integrar a componente social de redução da pobreza nos seus programas de desenvolvimento, dedicando o relatório de 2000-2001 a esta problemática; a OIT elegeu a criação de emprego e em especial, o emprego qualificado, como planos de desenvolvimento, incentivando a comunidade científica na investigação das causas e dos remédios para a sua promoção.

Segundo Amaro (2003), o desenvolvimento social é entendido como um processo de garantia de condições sociais mínimas, bem como a promoção da dimensão social do bem-estar por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais.

Segundo (Luiz,1995:17), tratar o tema do desenvolvimento social requer, enfrentar a questão das iniquidades sociais das de toda a ordem – género, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, a bens comercial de consumo coletivo, entre outros, que maraca a nossa sociedade sem restringi-las a dimensão única da pobreza. O Desenvolvimento Social está relacionado com o desenvolvimento cultural e económico e já que todo o desenvolvimento é desenvolvimento social, ou seja este engloba tanto o desenvolvimento cultural (capital humano), como o desenvolvimento económico.(Lopes, 2013)

Na perspectiva de (Gomes1990:652), o desenvolvimento deixou de estar associado a simples ideia de crescimento económico, para passar a entregar transformações sociais e culturais como aspeto essencial das comunidades. É neste sentido que o desenvolvimento económico, social e cultural estão intimamente relacionados, ou seja o desenvolvimento económico depende do desenvolvimento social este por sua vez, não é possível sem a existência do desenvolvimento cultural.

Ainda este autor refere que o desenvolvimento Social é entendido como um processo de melhora da qualidade de vida de uma sociedade. Considera-se que uma comunidade tem alta qualidade de vida quando seus habitantes dentro de um cenário de paz, liberdade, justiça, democracia, tolerância, equidade, igualdade e solidariedade, têm amplas e recorrentes possibilidades de satisfação de suas necessidades e também de poder empregar suas potencialidades e saberes com vistas a conseguir uma melhoria futura em suas vidas, em termos de realização pessoal e da sociedade em seu conjunto.

1.4. Desenvolvimento Cultural

Segundo Nunes (1963), o desenvolvimento social cultural encontra-se estritamente relacionados. O desenvolvimento é o resultado do esforço coletivo, o que desde logo levanta o problema da aptidão e que esta relacionado com o capital cultural. Este autor advoga que o desenvolvimento cultural ocorre quando todos os membros da sociedade forem beneficiados, nomeadamente no sector da educação e da saúde. Neste sentido pode dizer que o desenvolvimento Cultural encontra-se relacionado com o "capital humano", ou seja as competências adquiridas pelos indivíduos através educação e da Participação nos diferentes domínios da vida social. O conceito de desenvolvimento cultural refere tanto ao capital humano como ao capital social de uma sociedade. Consiste em uma evolução ou mudança positiva nas relações entre os indivíduos, grupos e instituições de uma sociedade, sendo o bem-estar social seu projeto futuro.(Lopes, 2013)

Segundo Nunes (1963:383), a estratégia para atingir um desenvolvimento cultural é preciso investir fortemente no sistema educacional, ou a criação de infraestruturas de formação com um espírito acolhedor, projetando assim meios elementares de uma sociedade culturalmente forte.(Lopes, 2013)

1.5. NOVAS ABORDAGENS DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

1.5.1. Necessidades Básicas

Segundo a declaração universal dos direitos do Homem de 1948 toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Numa definição apresentado por Stöhr (1990), a organização internacional do trabalho a (ILO, na sigla inglesa), o conceito *basic needs* é um conjunto de necessidades fundamentais que têm prioritariamente que ser satisfeitas para toda a população do planeta (alimentação, vestuário, habitação, educação e saúde)(Moreira, 2009)

De acordo com Seers (1979) a verdadeira realização da personalidade humana requer muitas condições que não podem ser especificadas em termos económicos. Segundo ele estes fatores não devem prejudicar a satisfação das prioridades socioeconómicas básicas.

Partindo do patamar de sobrevivência para o patamar de dignidade mínima, a sobrevivência fisiológica, a educação e a saúde são os pilares das necessidades básicas e o emprego um pilar instrumental ou seja um meio de obter rendimento, fonte de recursos. As condições básicas para o exercício da liberdade humana têm a ver com a saúde como condição de acesso à vida biológica longa, com a escolaridade como condição de acesso ao conhecimento e com o rendimento como condição para um padrão de vida digno.(Moreira, 2009)

Para Streeten (1977), começa a abordar o conceito de desenvolvimento a partir das necessidades básicas, encarando-as a sua satisfação como um processo *sin ne qua non* para alcançar níveis de desenvolvimento. Nesta linha de raciocínio as necessidades básicas deve abordar componentes e estratégias tais como: desenvolvimento rural, o combate a pobreza urbana, criação de emprego, e outras abordagens baseadas em princípios de equidade social. Segundo este autor também é preciso analisar as necessidades básicas através da criação de

condições e oportunidades que proporcionam o desenvolvimento físico, mental social da personalidade humana para depois encontrar as maneiras de os satisfazer.

1.5.2. Desenvolvimento Participativo

O desenvolvimento participativo foi um conceito bem estruturado por John Friedmann na sua obra *Empowerment: the politic of alternative development*, publicada em 1992. Assentou em conceptualizações trabalhadas desde da década de 60.

John Friedmann, centra as suas convicções que o conceito de desenvolvimento participativo gira em torno dois eixos comuns: a satisfação das necessidades dos excluídos; a sustentabilidade ambiental; o desenvolvimento comunitário; e o reforço do poder das unidades domestica (*empowerment*) como forma de aceder as bases do poder social.

Segundo o autor deve dar-se mais enfâse ao processo participativo e ao reforço das capacidades como condição para o desenvolvimento dos cidadãos na definição na execução e avaliação dos próprios projetos e para o exercício da cidadania. Segundo ele deve-se reforçar as competências através da formação e da educação, criando capacidade de participação e intervenção nas várias vertentes da vida social, considerando o essencial a saída da pobreza.(Cardoso, 2007)

O desenvolvimento participativo não é visto apenas como uma melhoria douradora das condições de vida e de existência, mas também, como uma luta política pelo *empowerment* das unidades domésticas e dos indivíduos. Não são os indivíduos mas sim as unidades domésticas que são pobres e a pobreza pode ser redefinida como um estado de *disempowerment*. A questão do *empowerment* é então discutida em termos do acesso das unidades domésticas as bases do poder social e as implicações desta reinterpretação são delineadas para um desenvolvimento alternativo e para o papel do estado.(Cardoso, 2007)

Friedmann (1992), sublinha a importância do envolvimento das comunidades locais na resolução dos seus problemas e na valorização dos recursos locais. O reforço do poder das pessoas e das comunidades através do aumento das suas capacidades (*empowerment*) é uma condição para a participação e liderança. No entanto, também se reconhece que o

desenvolvimento local não é auto-suficiente, pelo que não se rejeita a possibilidade de utilizar recursos exógenos, desde que completem ou potenciem os recursos endógenos.(Moreira, 2009)

Segundo Amaro (1999), a dinâmica de trabalho conjunto, de instituições formais e informais, de empresas, cidadãos e administração pública, com um empenhamento e participação direta de todos os intervenientes, nomeadamente beneficiários, constitui um trabalho de parceria, indispensável a um desenvolvimento local duradouro e com potencialidades de se alastrar a toda a comunidade e alertar novas formas de participação.(Moreira, 2009)

1.5.3. Desenvolvimento Humano

Segundo Amartya Sen (1999), o conceito de desenvolvimento humano tem as suas origens no pensamento clássico de Aristóteles, acreditava que alcançar a plenitude do florescimento das capacidades humanas é o sentido e fim de todo desenvolvimento.(Moreira, 2009)

O desenvolvimento humano, de acordo com o PNUD, integra aspetos de desenvolvimento relativos ao desenvolvimento social, o desenvolvimento económico (incluindo o desenvolvimento local e rural) e o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento humano é um termo que tem vindo a desenvolver desde 1990 através da PNUD. As grandes disparidades existentes entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos fez com que a ONU alterasse as suas estratégias dando importância a pessoa humana em todas as suas dimensões, carretando consigo a dignidade da pessoa humana e os direitos humanos. Segundo esta nova perspetiva adotada pela ONU, o desenvolvimento humano terá que preocupar com o bem-estar das populações, dando importância ao aumento das suas capacidades, com a criação de igualdade de oportunidades no que tange ao acesso aos meios de educação, saúde e liberdade de circulação, expressão e segurança. Será através da criação dessas capacidades que os países menos desenvolvidos vão passar de um “círculo vicioso” para dar início “ciclo virtuoso” que permitira a melhoria no bem-estar das suas populações.

De acordo com relatório do desenvolvimento humano 1992 a 1993, conceito passou a englobar novas dimensões, como o poder, a sustentabilidade, a equidade, a cooperação e a segurança:

O poder esta relacionado com as capacidades de cada ser humano tem em garantir a sua liberdade e promover uma conjuntura de política democrática, isto é engloba aspetos que não coloca em causa os meios fundamentais a sobrevivência, como alimentação, habitação, saúde e educação. O reforço dessas capacidades permitirão um maior envolvimento na vida política, social, económica e cultural, sendo fatores importantes para o desenvolvimento do ser humano no meio onde esta inserido.

Outro aspeto importante a ter em vista é em relação a questão da equidade, assumido dimensões que ultrapassa os padrões normais de desenvolvimento, englobando os estratos sociais, géneros, igualdades de oportunidades, onde os mais pobres precisam de maior número de recursos para poder igualar os ricos.

Garantir a sustentabilidade é também outra dimensão que faz parte do desenvolvimento humano em que a preservação dos recursos do planeta terra esteja em conformidade com a consciência de cada individuo em satisfazer as suas necessidades do presente, sem por em causa as necessidades das gerações futuras. Neste sentido deve-se trabalhar as gerações presentes de modo que terá impacto direto nas gerações vindouras, de atingir um potencial que vá de encontro com o desenvolvimento humano sustentado.

A promoção da cooperação entre os indivíduos de uma comunidade ira garantir o enriquecimento mútuo de competências para uma maior realização dos indivíduos, através do envolvimento dos aspetos culturais e de partilha de crenças valores, ou seja um associativismo potenciadora do capital social determinando assim patamares de estabilidade e coesão ao desenvolvimento.

E por ultimo a segurança, que atingiu uma dimensão muito mais ampla, ou seja não apenas nos aspetos militares, tornando um conceito universal, relativamente aos aspetos da saúde, desastres naturais, que podem ser evitáveis em relação a segurança no emprego, habitação, acesso água potável, ou a educação.

Desde da sua origem o relatório do desenvolvimento humano não é apenas um campo de debate ou resolução deste conceito de desenvolvimento humano, mas também utilizada como meio de medir esse desenvolvimento através da criação do índice de desenvolvimento humano que é uma forma de analisar de forma comparativa o desenvolvimento dos países em diferentes perspectivas: através da longevidade, o nível educacional, e o padrão de vida. Este IDH é composto por indicadores como: a esperança de vida, o nível educacional e o PIB, produção per capita ajustado ao poder compra.

Conseguir um progresso real em matéria de desenvolvimento humano não passa, assim, unicamente por ampliar o leque de opções de escolha determinantes das pessoas e a sua capacidade de acederem à educação e à saúde e de desfrutarem de um nível de vida razoável e de uma sensação de segurança. Depende também do grau de solidez dessas conquistas e da existência de condições suficientes para um desenvolvimento humano sustentado.

1.5.4. Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento sustentável é um conceito sistemático que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspetos de um sistema de consumo em massa no qual a preocupação com a natureza, via de extração de matéria-prima. Foi usado pela primeira vez em 1987, no Relatório Brundtland, um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas.

Segundo o relatório de Brundtland de 1987 o conceito de desenvolvimento sustentável traduzia-se numa tentativa de conciliar os recursos disponíveis com a produção, para que o desenvolvimento das gerações atuais não comprometesse a capacidade das gerações futuras no provimento das suas necessidades, ou seja de modo que as gerações futuras tivessem os mesmos recursos disponíveis que as gerações atuais.(Cardoso, 2007)

Ainda este relatório refere que a definição mais usada para este conceito viria no sentido de dizer que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações

futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.

Para Veiga, (2005) o desenvolvimento Sustentável é o desafio para o século XXI, ele afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma utopia para o século XXI, apesar de defender a necessidade de se buscar um novo paradigma científico capaz de substituir os paradigmas do “globalismo”.(Barbosa, 2008)

Para Carla Canepa (2007), “ (...) o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro.”

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (Bursztyn, et al., 2000).

Uma outra definição para “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” foi descrita por Satterthwaite, (2004) como:

a resposta às necessidades humanas nas cidades com o mínimo ou nenhuma transferência dos custos da produção, consumo ou lixo para outras pessoas ou ecossistemas, hoje e no futuro.

O conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe ainda uma nova relação com a Natureza, baseada na interdependência sistémica. Isso significa a adoção de uma lógica de contenção (de steady-state), definida por um ritmo sustentável de equilíbrio entre *inputs*, e *outputs* na interação entre a economia e a ecologia (Amaro, 2003).

O desenvolvimento sustentável visa a satisfação das principais necessidades de todos e a extensão a todos da oportunidade para satisfazer as suas aspirações a uma vida melhor (WCED, 1987).

Para Davis (2008), este conceito apresenta dois pilares primários: a utilização dos recursos e a consciência dos seus limites, e do uso sustentável dos recursos naturais no desenvolvimento económico e no consumo para preservar o futuro humano neste planeta no sentido de um futuro ilimitado.

1.5.5. Desenvolvimento Local

Em termos teóricos o desenvolvimento local coloca em análise o paradigma o territorialismo, ou seja a ideia da diversidade de territórios dentro do Estado-Nação, com características e identidades próprias. Traduz nos recursos disponíveis, as necessidades locais. O processo de desenvolvimento local implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económica, social, cultural, política e ambiental.(Cardoso, 2007)

Para Melo (1998:82), “ (...) o desenvolvimento local é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano, essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a de um melhor futuro.”

O desenvolvimento local envolve as dimensões de autonomia, cidadania e participação dos atores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras.

O desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento económico, englobando os aspetos do meio ambiente e a sua conservação, ou seja o desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local. (Milani, 2005)

Assim pode entender que o desenvolvimento local é uma estratégia que considera o desenvolvimento de comunidades identificadas geograficamente por seus recursos e potencialidades. Portanto, quando falamos de desenvolvimento local, falamos do

desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades. Trata-se de criar e favorecer condições para que pessoas e comunidades potencializem suas habilidades, conhecimentos e experiências e possam “aproveitar oportunidades, satisfazer necessidades, resolver problemas e melhorar sua qualidade de vida e de convívio social”. A ideia central de desenvolvimento é passar de uma determinada situação para outra melhor.

Na perspectiva de Stohr, (1981), o desenvolvimento local é um processo de mudança integrado, que cria dinâmicas de interpenetração e interação do social com o económico e o cultural. A base local e regional do desenvolvimento faz com que a “matriz cultural” seja um importante fator de dinamismo integrado. A estratégia do desenvolvimento local na luta contra a pobreza reforça a coesão social e as relações na comunidade, aspetos que devem ter como fruto a melhoria de nível de vida dos seus habitantes. Portanto o desenvolvimento deve contribuir para o desenvolvimento progressivo das comunidades e sustentável das localidades.

1.5.6. Desenvolvimento Comunitário

De acordo com Rezsohazy (1988), a origem do desenvolvimento comunitário aparece com os movimentos dos operários fabris do séc. XIX, que de forma organizada e com o auxílio da população agrária iniciavam as mais variadas atividades, como o cooperativismo, a entreatajuda, de todas as formas, da população, a educação popular e instrução comunitária agrícola. Este movimento associativo mostrou a função ativa dos grupos sociais na forma como encaravam os seus problemas comunitários e como assumiram a sua resolução e direção. Logo, é difícil abordar o tema do desenvolvimento local sem que refletir sobre o desenvolvimento comunitário. (Antonio, 2015)

De acordo com a definição das Nações Unidas o desenvolvimento comunitário é uma técnica pela qual os habitantes de um país ou região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural das suas coletividades, de associarem essas coletividades à vida da Nação e de lhes permitir que contribuam sem reserva para os progressos do país. (Antonio, 2015)

Os modelos e princípios metodológicos subjacentes aos conceitos de desenvolvimento constroem a sua ação na base comunitária. O desenvolvimento comunitário é vista como técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, que implica a participação ativa das pessoas no que toca a questões das suas comunidades e que dessa forma participada e democrática melhorem os seus níveis de vida. (Ander-Egg, 2003 cit.in António 2015):

Holdcroft (1978) definiu o desenvolvimento comunitário como sendo um processo, método, programa, instituição, e/ou movimento que: a) envolve toda a base da comunidade na solução dos seus próprios problemas, b) promove o ensino e insiste no uso de processos democráticos para a (re) solução de problemas comuns à comunidade, e c) estimula e facilita a transferência de tecnologias para que a comunidade possa solucionar, de forma efetiva, os seus problemas comuns. Unir esforços para resolver, de forma democrática e científica, os problemas comuns da comunidade foi visto como sendo um dos elementos essenciais ao desenvolvimento comunitário.

1.5.7. Desenvolvimento Integrado

Segundo Amaro (2009), o desenvolvimento integrado nasceu na década de 60, afirmando que o desenvolvimento deve integrar uma visão sistémica holística e integrada de todo o processo de desenvolvimento.

Na perspetiva Amaro (2003), o desenvolvimento integrado pressupõe uma abordagem interdisciplinar, sendo caracterizado assim como um processo que articula diferentes dimensões da vida e dos seus percursos de mudança e de melhoria implicando, por exemplo: a articulação entre o económico, o social, o cultural, o político, e o ambiental; a quantidade e a qualidade; as várias gerações; a tradição e a modernidade; o endógeno e o exógeno; do local e o global; os vários parceiros e instituições envolvidas; a investigação e a ação; o ser, o estar, o fazer, o criar, o saber, o ter, (as dimensões existenciais do desenvolvimento); o feminino e o masculino; as emoções e a razão, etc.(Amaro, 2003)

A questão de participação dos agentes socioeconómicos (comunidade local, poder público, organizações da sociedade civil pertinentes e empresas) é fundamental. Não se promove o desenvolvimento local integrado e sustentável sem essa articulação integrando esses vários atores.

CAPITULO II - QUADRO TEÓRICO DE ANALISE: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

2.1. Conceito de Centralização

Segundo Oliveira (1975, p. 75), etimologicamente centralizar significa reunir respetivamente em torno de um centro.

Para Feitosa (2004), Ocorre a chamada centralização administrativa quando o estado executa suas tarefas por meio dos órgãos e agentes integrantes da administração direta. Nesse caso, os serviços são prestados pelos órgãos do estado, despersonalizados, integrantes de uma mesma pessoa política (municípios), sem outra pessoa jurídica interposta. Portanto, quando falamos que determinada função é exercida pela administração centralizada municipal, sabemos que é a pessoa jurídica união quem a exerce, por meio de seus órgãos. Assim podemos referir, que a centralização administrativa, ou o desempenho centralizado de funções administrativas do estado, consubstancia-se na execução de atribuições pela pessoa política que representa a administração pública competente, neste caso os municípios, por tutela de uma administração centralizada. Não há participação de outras pessoas jurídicas na prestação do serviço centralizado.

2.2. Conceito de Descentralização

Etimologicamente, descentralizar significa tirar do centro para a periferia. Aplicado à organização estatal, traduz o processo através do qual atribuições administrativas do Estado, enquanto pessoa coletiva de âmbito nacional e com fins gerais, são distribuídas para pessoas coletivas distintas e de âmbito territorial ou institucional mais limitado (Veiga, 2007).

Segundo Semedo (2014), a descentralização implica a transferência efetiva de poder decisório para os agentes locais da administração. Significa, portanto, que os órgãos

regionais têm autonomia, dentro de limites estabelecidos, para formular políticas locais, estabelecer prioridades e planejar o atendimento das demandas. Pode abranger, além da execução de atividades, as decisões referentes à formulação de políticas, à definição de prioridades, ao planejamento operacional, à normatização e ao controle. Quanto maior for o grau de transferência dessas atribuições, maior será o grau de descentralização implantado.

O processo de descentralização consiste na transferência de competências de um nível de governo para outro, ou seja o último responsabilizara pela adoção e gestão integral de determinadas políticas públicas a ele subordinadas as quais devem ser acompanhados de todos os recursos, com o intuito de viabilizar a execução política, administrativa e institucional (Apase, 2004).

Faletti (2006, p. 15), define descentralização como “um processo de reforma do Estado, composta por um conjunto de políticas públicas que transfere responsabilidades, recursos ou autoridade de níveis mais elevados do governo para níveis inferiores, no contexto de um tipo específico de Estado”.

Elias de Oliveira (2007, p. 33), define a descentralização como um processo de transmissão de recursos financeiros, políticos e/ou administrativos e responsabilidades aos governos estaduais (estadualização) e/ou municipais (municipalização), que passam a exercer o controle dos recursos de maneira autônoma, quando federações ou sob o desejo do governo central, quando em países unitários que promovem descentralização.

2.3. Conceito de Desconcentração

Segundo Mello (2007), na desconcentração há um processo de distribuição de competências decisórias agrupadas em unidades individualizadas que, segundo o fenômeno ela é atribuída em função da matéria ou o assunto que se vai encarregar, por exemplo, ministério da saúde, ministério da educação etc... isto em razão do grau de hierarquia ou do nível de responsabilidade decisória conferido, por exemplo, diretor de departamento, diretor de divisão, até chegar àquele que somente executa ordens. Segundo este autor podemos conceituar desconcentração como o fenômeno de distribuição interna de competência do

Estado ou de outra pessoa de direito público, que ele crie, vinculado diretamente à sua estruturada hierárquica.

De acordo com Freitas do Amaral (cit.in Nunes2012), há desconcentração quando a repartição de competências entre o superior e os vários órgãos subalternos em que o ultimo fique sujeito a supervisão do primeiro, ou seja traduz num processo de descongestionamento de competências, conferindo-se a funcionários ou agentes subalternos certos poderes decisórios, os quais numa administração concentrada estariam reservados exclusivamente ao superior.

Para veiga (2007), a desconcentração ser usada com propósito convergente com o da descentralização, por exemplo criando serviços mais próximos das populações, justificando assim que os serviços municipais se colocam mais próximo das freguesias.

A desconcentração é uma forma de regionalização pela qual o poder central transfere parte de suas atribuições de execução para órgãos regionais que não dispõem de poder para decidir sobre prioridades ou planeamento de serviços. A instância central conserva o poder a dotação orçamentária para decidir sobre políticas, prioridades e alocação de recursos humanos (Bndes, 2004).

2.4. Conceito de Concentração

Etimologicamente concentração significa reunir, junção de pessoas ou objetos em um único ponto de convergência.

Para Nunes (2012), trata-se de um sistema em que o superior hierárquico mais elevado é o único órgão competente para tomar decisões, ficando os subalternos limitados às tarefas de preparação e execução das decisões daquele. Trata-se de um sistema que promove a extinção de órgãos públicos e suprimindo as suas respetivas competências, concentrando assim as funções num único centro de poder.

2.5. Princípio da Subsidiariedade

Segundo uma definição dada pelo Parlamento Europeu, o princípio da subsidiariedade consiste na atribuição um determinado grau de autonomia que é concedida a uma autoridade subordinada por uma instância superior ou seja um poder central a uma autoridade local, isto implica, portanto, uma repartição de competências entre diversos níveis de poder, princípio que constitui a base institucional dos Estados com estruturas locais e regionais. O princípio da subsidiariedade pretende restituir aos cidadãos seus atributos concretos baseados na dignidade da pessoa humana e em outras garantias constitucionais, fazendo com que se fomente a cultura da autonomia e o desenvolvimento da responsabilidade social do cidadão.

Para Abrucio (2002, p.8), a ideia que esse princípio transmite é de que as políticas devem ser conduzidas, no máximo possível, pelas autoridades mais próximas dos cidadãos, sustentando assim o papel central que o município tem na organização política da sociedade.

Para Baracho, (1996) o princípio da subsidiariedade faz manifestando-se em dois aspetos: na questão da ajuda e da realização extra. A ajuda manifesta-se mediante a criação de condições que permitam a atuação das comunidades intermediárias. A realização extra, verifica a missão da comunidade, suprimindo as deficiências, quando elas não cumprir os seus objetivos traçados.

Segundo este autor, deve ser interpretado como princípio inerente a preservação das individualidades, dentro dos vários agrupamentos sociais, onde a estrutura governamental reflita os elementos da subsidiariedade, estabelecendo a autoadministração das unidades locais.

Ainda este autor refere que para haver uma maior eficácia deste princípio é preciso um engajamento mútuo de toda a comunidade e do estado, ou seja na totalidade. Com isso se pode atingir a democracia no espaço local, em direção à inclusão sociopolítica.

A subsidiariedade na esfera política implica um Estado descentralizado, que busque políticas públicas que visem o fortalecimento da sociedade civil como capital humano para

o desenvolvimento das comunidades e do Estado. O princípio de subsidiariedade explica e justifica, em muitas ocasiões, a política de descentralização (Andrade, 1991).

O princípio de subsidiariedade deve ser coerente com sua segurança e eficácia. Está nessa definição a ideia de assistência, reencontrada no latim *subsidium*. A utilização do princípio de subsidiariedade, muitas vezes, ocorre exclusivamente em seu sentido secundário. Mesmo assim, configura-se pelo seu caráter de generalidade. O princípio de subsidiariedade pode ser aplicável nas relações entre órgãos centrais e locais, verificando-se, também, o grau de descentralização. A descentralização é um domínio predileto de aplicação do princípio de subsidiariedade, sendo que a doutrina menciona as relações possíveis entre o centro e a periferia (Andrade, 1991).

CAPITULO III - O MUNICIPALISMO EM CABO VERDE

3.1. O Conceito de Municipalismo

Segundo Neto 1910 (cit.in Branco 2012), o municipalismo é um conjunto de todas as organizações locais que têm como função administrar os interesses das respetivas circunscrições territoriais, mais ou menos determinadas, e segundo formas de indicação dos seus próprios habitantes. De municipalismo costuma igualmente designar-se a tendência para reconhecer ou instituir aquelas organizações.

A ideia de municipalismo também pode ser entendida no sentido de reivindicação de direitos municipais, orientado a plasmar, na prática o desenho político institucional (Nogueira, 1962).

Ainda este autor refere que o municipalismo tem sido usado em três formas diversas:

1. Para designar um sistema de administração pública em que se concede o máximo de autonomia, compatível com a unidade nacional, aos Municípios, para a solução de problemas locais, reconhecendo-lhes a competência para levantar, nas respetivas jurisdições, os recursos a serem aplicados, definição esta que se aplica a uma situação idealizada a qualquer caso concreto concebido.
2. Para indicar um movimento em prol da descentralização da administração pública, em benefício dos Municípios, o que pressupõe um estado de coisas discrepantes da situação idealizada a qual se refere a aceção anterior.
3. No sentido da história da distribuição de atribuições ou competência entre o Estado nacional, suas divisões administrativa imediatas e os municípios.

Hebbert, (2007) por exemplo, tenta relacionar o municipalismo ao movimento municipalista atribuindo o seu início em princípios do século XX. Segundo o autor, vê o municipalismo como um conceito reflete uma reação contra a crescente centralização económica, cultural e social do nacionalismo do Estado moderno. Assim, o conceito de municipalismo está associado à ideia de autonomia.

De acordo com Matsumoto et al. (2012) o municipalismo é uma forma de organização ou desenho político-institucional que tende a conceber a esfera local como a mais eficiente para dar solução a uma série de problemas da vida em comunidade e que, para esse objetivo, demanda uma esfera política autónoma de ação, incluindo recursos fiscais e administrativos.

Oliveira (2007,p. 29), “ (...) associa o municipalismo a autonomia afirmando que a história do municipalismo seria a libertação dos municípios das unidades centrais, definindo assim o municipalismo como sistema de gestão política e administrativa que tende melhorar a qualidade de vida dos munícipes”.

3.2. Autonomia Local

O termo "autonomia" é usado para indicar a concessão de poder por parte de um governo central em favor de um governo em nível regional ou local, segundo o princípio da subsidiariedade, ou na época dos Antigo regimes, onde se fazia a passagem da sucessão de um território a um herdeiro legítimo. Muitas vezes, os poderes autônomos são temporários e permanecem, em última análise, ligados ao governo central. O governo central delega o poder e as funções das entidades municipais sob garantia da observância da Constituição ou das normas de âmbito constitucional. A autonomia é outro conceito que reconhece uma grande variedade de aceções. No entanto, a ideia que a palavra expressa é relativamente clara desde sua própria etimologia, auto/nomos própria norma, uma noção contrária à de dependência. Além disso, interessa aqui focar a discussão apenas na autonomia referida às entidades municipais especificamente (Leme, 1992, p. 17).

A autonomia local refere-se aquelas entidades que estão, ligadas necessariamente a um território e população determinados, são caracterizadas pela amplitude e pela generalidade dos fins para cuja consecução são exigidas determinações políticas autónomas que podem até contrastar dentro de certos limites com o poder central (Bobbio, 1994).

Segundo a carta europeia de autonomia local de 1990 no seu artigo-3º entende-se por autonomia local o direito e a capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e

gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações uma parte importante dos assuntos públicos.

3.3. Evolução do Poder Municipal em Cabo Verde

A história das instituições em Cabo Verde mostra que, na prática, o poder local sempre foi no nosso país uma realidade muito forte na verdade assumia o controlo das ilhas durante um grande período representativo da nossa história. O primeiro município em Cabo Verde foi estabelecido em 1475, na Ribeira Grande de Santiago, com acesso somente a brancos, situação que viria ser alterada em 1546, ao tornar-se abrangente da condição de morador, incluindo os negros. Com a expansão da vida social e económica às outras regiões e ilhas, a metrópole portuguesa nomeou agentes para controlar as atividades nas várias regiões, os cobradores de imposto e de controlo do comércio externo, onde as relações entre estes e os moradores iraria resultar nas primeiras disputas entre o Poder Local e o Poder Central. Neste sentido pode afirmar que o municipalismo também tem a sua tradição em Cabo Verde (Livramento, 2009).

Segundo o autor o Poder Local em Cabo Verde nasceu com uma íntima ligação e relação ao dia a dia das populações, numa identidade Câmara comunidades que só viria a ser posta em causa no período salazarista com a organização administrativa do Estado Novo ao criar a figura de Administrador de Concelho. Neste sentido, a autonomia das Câmaras que tão bons resultados tinha dado, nomeadamente, nos períodos críticos como nas fomes e nas secas, cedeu o lugar à administração central, cuja gestão seria um apêndice dos interesses longínquos da então metrópole colonialista.

3.3.1. O Poder Local no Cabo Verde Independente

Segundo Monteiro (2007), o Poder Local no Cabo Verde independente e democrático sofreu várias transformações, começando com um período que abarca o país pós-independente até a implementação da democracia. Antes da confirmação da independência nos finais de 1974, Cabo Verde passou de ser colónia com estatuto de região autónoma para designação de Estado. Segundo a Constituição Portuguesa da época, Cabo Verde era considerado pessoa coletiva de direito público interno português, dotado de

autonomia política, administrativa e financeira, mas não soberano, e a reger-se pelo respetivo Estatuto Orgânico. Foi atribuída ao Governo de transição, que iniciou funções no primeiro dia de 1975, sendo que a independência só foi alcançada em Julho de 1975, a missão de preparar o território para o ato da independência. Ciente das novas exigências e prioridades que tal acontecimento, impunha ao arquipélago, principalmente no âmbito das estruturas administrativas, sendo um marco histórico para o país. Foi aprovada legislações que dissolviam e substituíam todos os corpos administrativos de qualquer natureza nas câmaras municipais por comissões administrativas nos concelhos, dando início à erradicação das estruturas administrativas locais da era colonial. Essas comissões administrativas, para além de serem altamente consentidos pela população, tinham competências que pertenciam às entidades do foro local nomeadamente as câmaras municipais, juntas de freguesia, presidentes de câmaras e administradores do concelho, e absorviam todos os serviços camarários e administrativos. Devido às contrariedades financeiras que encontrava exposto o país, o deficit de governação vivida em Lisboa e pelo ambiente de euforia e de liberdade que se vivia no país, o impacto das comissões administrativas não foram mais do que o desmembramento das estruturas administrativas coloniais.

Ainda este autor, refere que no período pós-colonial, devido a existência de um partido único, o PAICV, originário do PAIGC, fazia com que houvesse uma total centralização do poder político, fazendo com que o Poder Local fosse uma mera formalização da extensão dos poderes dos seus detentores, consoante o artigo 4º da Lei Constitucional que previa a subordinação de toda a organização do Estado ao partido único, e o artigo 88º da mesma lei estabelecia que “os órgãos do Poder Local fazem parte do poder estatal unitário”, sendo, nessa sequência, instituídos os Concelhos Municipais e o Delegado do Governo.

Segundo o autor durante esse período, como relata a predominância de uma mentalidade de Estado único e unitário em que o poder era exercido pelos seus órgãos de forma global sem que houvesse divisão do poder, de modo a impedir o surgimento de movimentos revolucionários e democráticos. A vontade própria e autónoma das Autarquias locais era aquela de que gozavam os seus órgãos, nada tendo a ver com o processo de designação das pessoas que os integravam. A autonomia dessas instituições estava interligada com o grau de independência reconhecida aos titulares dos órgãos, traduzindo-se

essas ideologias no pensamento político da época sobre o Poder Local. Nessa mesma altura, na tentativa de estabelecer uma convivência política entre os responsáveis da administração municipal e as estruturas locais do Partido, viveu-se climas de tensões em alguns concelhos devido à incompatibilidade desse relacionamento, uma vez que o município não era vista como um instrumento de ação local do Partido e nem do domínio deste sobre os dirigentes municipais, mas contudo, a sua presença não podia ser ignorada. Embora, o primeiro Governo da República não se ter dotado de um Programa de Governo ou de um plano de ação governativa devidamente aprovado pela Assembleia Nacional Popular, devido à sua pouca experiência de governação, iniciou-se o processo de reforma da administração municipal, rompendo com o sistema colonial e tentando adaptar-se à nova realidade político-administrativo, recorrendo à institucionalização da efetiva participação populações para a gestão dos seus interesses, que foi concluída no final de 1975 sob as prerrogativas de um regime de partido único.

Em 1989, na ressaca de vários acontecimentos internacionais, tais como a queda do Muro de Berlim ou o desmembramento da URSS, os responsáveis do partido único foram pressionados e forçados à aprovação de leis relacionadas com o estatuto e a organização dos municípios - Lei nº 47/III/89 – Bases das Autarquias Locais, a Lei nº 48 48/III/89 – Normas para as Eleições Municipais, todas de 13 de Julho e o Decreto – Lei nº 52 – A/90 de 4 de Julho que determinou o funcionamento e a organização dos municípios, mas que não tiveram grandes repercussões na prática, visto que não houve grandes mudanças em termos político-partidário no âmbito local, continuando a existir apenas um partido nas eleições municipais e com eleitores restritos, e ainda com a manutenção do figurino do Delegado do Governo e do Concelho Municipal. Com essas atitudes antidemocráticas mantidas pelo partido único relativamente aos domínios municipais levaram ao desencadeamento de grandes discussões e de iniciativas políticas na sociedade cabo-verdiana que teriam como resultado a queda do artigo 4º da Constituição a 28 de Setembro de 1990 (Lei Constitucional nº 2/III/90) e o início do atual regime de Estado de Direito Democrático. O Poder Local em Cabo Verde ganhou fôlego apenas com a transição para a democracia em 1991, em que foram realizadas as primeiras eleições legislativas pluripartidárias ganhas por um novo partido o MPD, destituindo o antigo partido único, e promovendo assim, grandes mudanças estruturais na política do país e também nas várias dimensões sociais e económicas no território nacional.

Essa transição pela qual foi sujeita o país, veio não só reforçar os estatutos das Autarquias locais, como veio também introduzir democracia ao Poder Local, impondo uma dimensão mais justa e apropriada às realidades locais e às suas necessidades, como sendo povos livres e independentes na luta pelos seus direitos. Essas reformas, introduzidas pela democracia, foram confirmadas pela constituição de 1992, onde foram aprovados os princípios legais das Autarquias a serem respeitadas e que consagravam os pressupostos necessários para um Poder Local legítimo, ou seja representar os cidadãos e os interesses locais/territoriais, consagração da sua autonomia face à administração central, patrimonial e financeira e a afirmação de um poder de proximidade eficiente e eficaz. Depois de se tornar legítimo com a consagração da democracia, o Poder Local em Cabo Verde é vista como um aspeto da vida política do país que desde então foi se caracterizando e se personalizando de modo a ser uma ferramenta política e social capaz de colmatar lacunas que de outro modo seria de difícil execução. Essa caracterização deve-se a estabilidade que se tem verificado no domínio local, a democracia predominante nos procedimentos políticos, o interesse na vida quotidiana local e nas suas necessidades básicas e a transparência na governação.

3.4. Os Municípios no Quadro Jurídico Atual

No quadro jurídico atual podemos referir que é necessário verificar que o poder local é representado na Constituição quando esta estipula que "a organização do Estado compreende a existência de autarquias locais que são pessoas coletivas públicas territoriais dotadas de órgão representativos próprios, que prosseguem interesses próprios das populações de um determinado território" – artigo 230º da CRCV;

A categoria de autarquia local por excelência é o município, não obstante prever igualmente a Constituição que a Lei poderia estabelecer outras categorias autárquicas de grau superior ou inferior ao município – Artigo 231º da CRCV;

A consolidação do poder local depende certamente de todos nós, mas particularmente ao Estado, que incumbe cumprir a Constituição, nomeadamente fomentando a solidariedade entre as autarquias, transferindo recursos por meio da justa divisão de recursos públicos e conceder apoio técnico, material e em matéria de recursos humanos – Artigo 232º da CRCV.

Existe também em Cabo Verde a Lei que regula a organização e o funcionamento dos municípios, Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, consagrada no Estatuto dos Municípios. Esta Lei estabelece como princípios gerais a autonomia administrativa, financeira, patrimonial, normativa, organizativa, independência, especialidade, descentralização, desconcentração, ação popular, iniciativa popular, liberdade de associação, liberdade de geminação e cooperação regulamentada por Lei, entre outros.

3.5. Evolução do Número de Municípios em Cabo Verde

Em 1975 com a independência Cabo Verde já contava com 14 municípios sendo que em Santo Antão o primeiro Concelho criado foi o do Paul em 1867, uma das divisões administrativas mais antigas de Cabo Verde, que em finais do século XIX foi fundido com o antigo Concelho da Ribeira Grande, passando os dois a constituir o Concelho de Santo Antão. Em 1971 o Concelho de Santo Antão foi redividido em 3 concelhos: Ribeira Grande, Paul e Porto Novo.

Com a independência Cabo Verde já contava com 14 divisões administrativas sendo, Ribeira Grande, Paul, Porto Novo, S. Vicente, S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, Praia, Fogo e Brava. Em 1991 com a (Lei nº 23/IV/91 de 30 de Dezembro) a ilha do Fogo ficando dividida em duas regiões administrativas, Mosteiros e São Filipe, dois anos mais tarde surge mais uma região administrativa na ilha de Santiago, o concelho de São Domingos, criado pela (Lei nº 96/IV) 93 de 31 de Dezembro), em 1996 surge mais um município na mesma ilha criada pela (Lei nº 11/IV) 96 de 11 de Novembro, o município de São Miguel nesta altura Cabo Verde já contava com 17 divisões administrativas e que só em 2005 iria ter mais cinco divisões sendo a criação do município de Tarrafal de S. Nicolau criado pela (Lei nº 67/VI/2005 de 9 de Maio), também o município Ribeira Grande de Santiago (Lei nº 63/VI/2005 de 9 de Maio), o município de São Lourenço dos Órgãos (Lei nº 64/VI/2005 de 9 de Maio), município de São Salvador do Mundo (Lei nº 65/VI/2005 de 9 de Maio), e município de Santa Catarina na Ilha do Fogo (Lei nº 66/VI/2005 de 9 de Maio).

Cabo Verde passou assim a contar com 22 municípios sendo 3 na ilha de Santo Antão, o município São Vicente, 2 em S. Nicolau, o município do Sal, o município da

Boavista, o município do Maio, 3 na ilha do Fogo, 9 na ilha de Santiago e o município da Brava.

Tabela 1 - Quadro de Evolução do Número de Municípios em Cabo verde

DIVISÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL – CONCELHOS				
1975 (14)	1991(15)	1993 (16)	1996 (17)	2005 (22)
Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande – SA
Paul	Paul	Paul	Paul	Paul
Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo
S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente
S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	Tarrafal de São Nicolau (Lei nº 67/VI/2005 de 9 de Maio)
Sal	Sal	Sal	Sal	Ribeira Brava
Boavista	Boavista	Boavista	Boavista	Sal
Maio	Maio	Maio	Maio	Boavista
Tarrafal	Tarrafal de Santiago	Tarrafal de Santiago	Tarrafal de Santiago	Maio
Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Tarrafal de Santiago
Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Catarina de Santiago
Praia	Praia	Praia	Praia	Santa Cruz
Fogo	S. Filipe	São Domingos (Lei nº 96/IV) 93	S Domingos	Praia
Brava	Mosteiros (Lei nº 23/IV/91 de 30 de Dezembro)	de 31 de Dezembro)	São Miguel (Lei nº 11/IV) 96	S. Domingos
	Brava	S. Filipe	de 11 de Novembro	Ribeira Grande de Santiago (Lei nº 63/VI/2005 de 9 de Maio)
		Mosteiros	S Filipe	São Lourenço dos Órgãos (Lei nº 64/VI/2005 de 9 de Maio)
		Brava	Mosteiros	São Salvador do Mundo (Lei nº 65/VI/2005 de 9 de Maio)
			Brava	S. Filipe

				Mosteiros Santa Catarina na Ilha do Fogo (Lei nº 66/VI/2005 de 9 de Maio) Brava
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado por José Luís Livramento em 2009

3.6. Desafios e Lacunas do Poder Local em Cabo Verde

Os atores políticos e a sociedade em geral reconhecem que tem tido grandes avanços conseguidos pelo no Poder Local em Cabo Verde nos últimos anos, nomeadamente no que tange a estabilidade política democrática, o desenvolvimento de proximidade na defesa dos interesses das comunidades locais e alguma transparência na governação municipal, ou seja não atingindo níveis alarmantes de corrupção.

No entanto existe ainda alguns aspetos que precisam de ser analisados e melhorados á nível institucional, administrativo e financeiro, para que o desenvolvimento local seja uma realidade visível nomeadamente:

- É preciso uma maior dinâmica na reforma do Estado, uma outra forma de perda de dinâmica da descentralização reside nas insuficiências da reforma do Estado, sector que merece uma outra dinâmica em termos de partilha do poder da administração central para o poder local;
- Urge melhorar a capacidade institucional dos municípios para que possam desempenhar um papel mais ativo na dinamização das economias locais, na promoção do emprego e na conceção e execução de políticas de proximidade no combate à pobreza e na inclusão social, desportiva e cultural;
- Aplicar formações constantes aos funcionários municipais de modo a desenvolver capacidades e uma maior modernização dos serviços municipais, que na maioria das vezes apenas cumpram aquilo que é estabelecido e de forma tradicional;

- Profissionalização dos deputados municipais de modo a atribuir mais responsabilidades as suas funções e também a falta autonomia financeira da assembleia municipal que muitas vezes depende do outro órgão municipal para executar as suas tarefas, ou seja precisam de arranjos políticos e institucionais para alterar o quadro de funcionamento;
- Melhorar as finanças locais no sentido de mais autonomia financeira, que possa ser útil na diminuição da elevada dependência face a administração central ou sejanão obstante o aumento das receitas municipais nos últimos anos, subsiste ainda uma levada dependência dos municípios face às transferências da administração central;
- O desenvolvimento da economia local no sentido de gerar recursos e apoiar projetos de criação e geração de rendimentos de modo a diminuir a pobreza e as desigualdades socioeconómicas, isto tudo em conjunto com associações e cooperativas e instituições de caris local;
- Desenvolver cooperações descentralizadas no âmbito nacional e sobre tudo a nível internacional, que por vezes é coartado pelo governo central na tentativa de controlar os municípios e os seus projetos de desenvolvimento, a questão da falta de autonomia como entrave do desenvolvimento local;

3.7. Órgãos do Poder Local em Cabo verde

De acordo com o Estatuto dos Municípios no seu o artigo 45º, o órgão representativo do Município é a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal, eleitos por um período de quatro anos.

Assembleia Municipal – órgão deliberativo, à qual cabe aprovar os instrumentos de gestão e fiscalização da atividade governativa

A Mesa da Assembleia Municipal é constituída por um Presidente, um vice-presidente e um secretário. A eleição da Mesa é pelo período do mandato, por escrutínio secreto e por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções.

Câmara Municipal – Órgão executivo colegial, constituído por um Presidente e Vereadores, que são atribuídos pelouros.

Presidente da Câmara Municipal – É o Órgão executivo singular do Município. Tem precedência sobre todos os funcionários públicos e representa o Município em juízo e fora dele. O Presidente da Câmara Municipal exerce as funções administrativas de planeamento, organização, direção, coordenação e controle das atividades do Município, nessas tarefas pode delegar ou subdelegar nos vereadores o exercício da sua competência própria ou delegada.

3.8. Atribuições e Competência dos Municípios

A legislação Cabo Verdiana que regula o funcionamento dos Municípios estabelece princípios gerais nas áreas em que o município deve atuar a Lei nº 134/IV/95, de 3 de Junho. A criação, extinção e alteração da área dos Municípios é feita por lei da Assembleia Nacional, com prévia consulta aos órgãos dos Municípios abrangidos. Ainda a mesma lei estabelece que os Municípios são dotados de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, normativa, organizativa e ainda, os Órgãos Eleitos decidem com independência no âmbito das suas competências podendo descentralizar o seu processo decisório para fundações, associações ou outras organizações locais para busca de melhor eficiência e eficácia na execução das suas atribuições.

Constitui atribuição do Município tudo o que respeita aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas, designadamente: na administração de bens, Planeamento, Saneamento Básico, Desenvolvimento Rural, cultura, Saúde, Desporto, Turismo, Ambiente, Transporte Rodoviários, Comércio Interno, Proteção Civil, Educação, Promoção social, Emprego e Formação Profissional, Polícia, Investimentos Municipais. Esses mecanismos de intervenção municipal estão todos definidos no Estatuto dos Municípios.

3.9. Caracterização do Município do Paúl

População

A população residente no Concelho do Paúl, segundo os dados do INE é 7.032 habitantes, dos quais 3.846 são homens e 3.185 são mulheres.

Atividades Económicas

Comércio

O sector do comércio é de suma importância para o município. Atualmente quase todas as zonas do município encontram-se cobertas de pequenas unidades de comercialização de bens, principalmente géneros de primeira necessidade. O fraco poder de compra da população do município condiciona o volume de negócios do sector. Por esta razão a rotação de stocks é baixa.

Turismo

Em relação ao turismo Paúl é uma das mais belas regiões de Cabo Verde, possuindo uma diversidade de cores naturais, baseado nas características da sua vegetação, e imponentes montanhas que lhe atribuem uma beleza singular. Aliadas às suas potencialidades naturais, nomeadamente agrícolas, o município do Paul encerra em si um enorme potencial turístico que está ainda por descobrir, não só na beleza dos seus recantos, na cultura e tradições do seu povo, mas também na forma como os visitantes são acolhidos pela população local.

Agricultura

As potencialidades do município em recursos hídricos, sob o ponto de vista de águas subterrâneas, estão calculadas em cerca de 4.200.000 m³ (recurso tecnicamente explorável em ano médio).

No tocante às infraestruturas hidroagrícolas, o município dispõe de uma rede considerável de dispositivos, nomeadamente: diques de retenção e de captação, reservatórios e levadas que, aliados às obras de conservação de solos e água (banquetas, muretes, caldeiras) constituem um agregado de proteção ambiental, por todo o território do município.

A agricultura do município do Paúl é predominantemente dominada pela monocultura da cana sacarina que ocupa mais de 2/3 de toda a área irrigada do município.

Pecuária

A pecuária no município, apesar de não ter uma expressão muito significativa é praticada na sua maior parte em regime familiar e em complementaridade com a agricultura. Cerca de 35% das famílias no Concelho do Paúl são considerados pequenos criadores de animais, tanto de suínos, bovinos, caprinos e aves. A criação de animais tem como objetivo melhorar a dieta alimentar bem como a resolução de problemas socioeconómicos principalmente nas famílias no meio rural.

Pesca

O sector das pescas no Paúl apresenta um impacto pouco relativo e é caracterizado por um sistema misto, de artesanal e semi-industrial, embora o maior peso de envolvimento de pessoas seja na pesca artesanal. O pescado tem como destino, na sua maior parte, o mercado interno sendo uma pequena parte destinada a outros mercados fora do município.

Esta atividade é praticada nas localidades de Paço e Penedo de Janela, onde existem cais de embarque e desembarque, limitando-se às zonas costeiras, até duas milhas da costa.

Educação, Emprego e Pobreza

Segundo Censo de 2010, a população ativa do município era de 3.076,00 correspondendo a uma taxa de atividade 37,9%. A população ocupada é de cerca de 1.166,00 dos quais 79,69% do sexo masculino e 20,31% do sexo feminino. Cerca de 13,74% da população ativa está desempregada e cerca de 54,10% da população vive na pobreza, ou seja tem consumo em valor inferior a 590 dólares por ano.

No concernente à educação é importante realçar que o Município não dispõe de universidade, possuindo um liceu na mesma localidade.

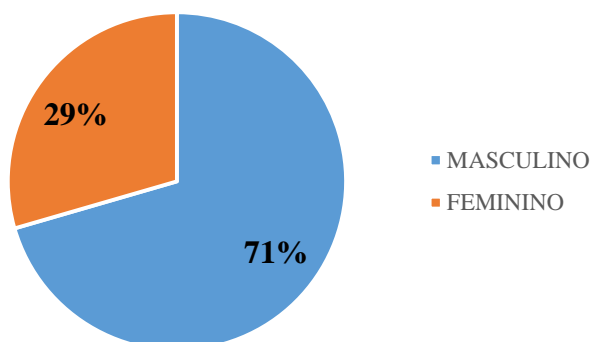
No decurso do ano 2012/2013, segundo estatística do MED estavam matriculados 243,00 alunos no ensino pré-escolar, 816,00 no ensino básico e 729,00 alunos no ensino secundário. A taxa líquida de escolarização no ensino básico é de 92,80% e no secundário 52,00%. Regista-se uma taxa de abandono escolar de 1,8% para o ensino básico e 10,00% no ensino secundário.

Indicador de Bem-Estar

De acordo com o censo de 2010 no município do Paúl vivem cerca de 1.634,00 agregados familiares dos quais cerca de 70,93% vivem em alojamento com ligação à rede pública de água e cerca de 83,32% da população dispõe de eletricidade como fonte de energia. Mais de 87,00% dos agregados familiares que fazem parte do município vivem em alojamentos clássicos, isto é, quase ninguém vive em garagens, barracas, contentores, fábricas etc. Cerca de 55,63% dos agregados familiares possuem casas de banho com retrete, e 77,36 em cada 100 dos agregados familiares tem fogão de gaz ou capim gás, 41,80% dos agregados familiares possuem pelo menos um telemóvel, 64,87% dispõe de aparelho Televisão, 30,66% tem leitor de CD/DVD Vídeo, 51,06% deles tem telefone fixo 38,19% tem frigorífico, 7,43% possuem computador e 4,10% dos agregados possuem automóvel.

CAPITULO IV - ANALISE E TRATAMENTO DE DADOS

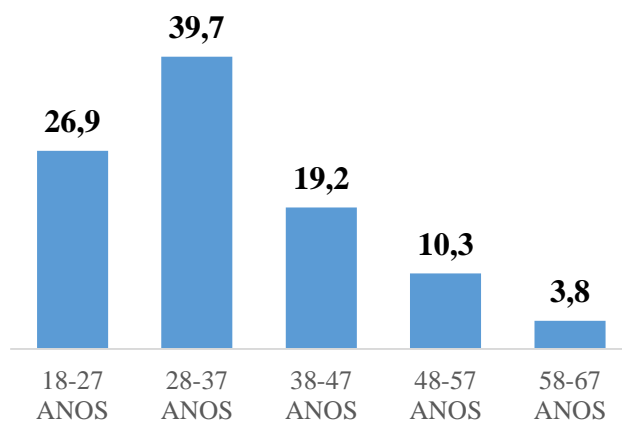
Gráfico 1 – Sexo



Fonte: Ver Tabela 1 em Anexo

Segundo os dados, do total dos 78 inquiridos, 55 com um peso de 71% são do sexo Masculino e 23 com um peso de 29% são do sexo Feminino.

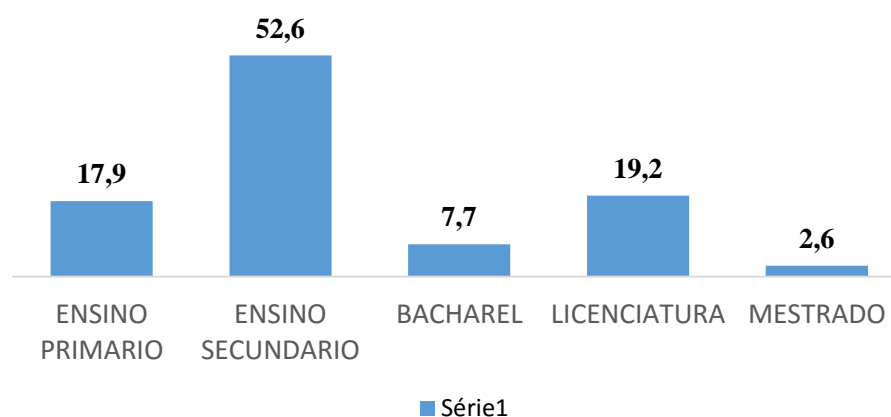
Gráfico 2 – Idade (%)



Fonte: Ver Tabela 2 em Anexo

Segundo os dados, 39,7% dos inquiridos tem idades compreendidas entre 28-37 anos, 26,9% têm entre 18-27 anos, 19,2% têm entre 38-47 anos, 10,3% têm entre 48-57 anos e 3,8% têm entre 58-67.

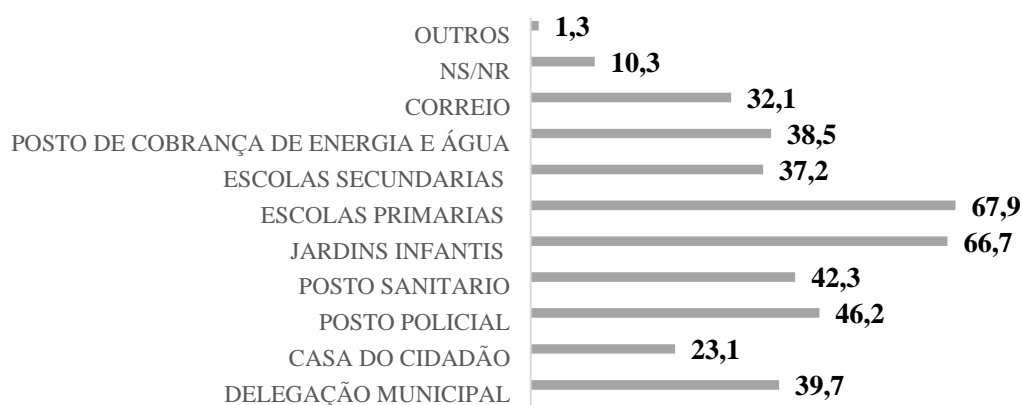
Gráfico 3 – Nível de Escolaridade (%)



Fonte: Ver Tabela 3 em Anexo

Segundo os dados, 52.6% dos inquiridos tem o Nível Secundário de Escolaridade, 19.2% têm Licenciatura, 17.9% têm o Nível Primário, 7.7% são Bacharel e 2.6% têm Mestrado.

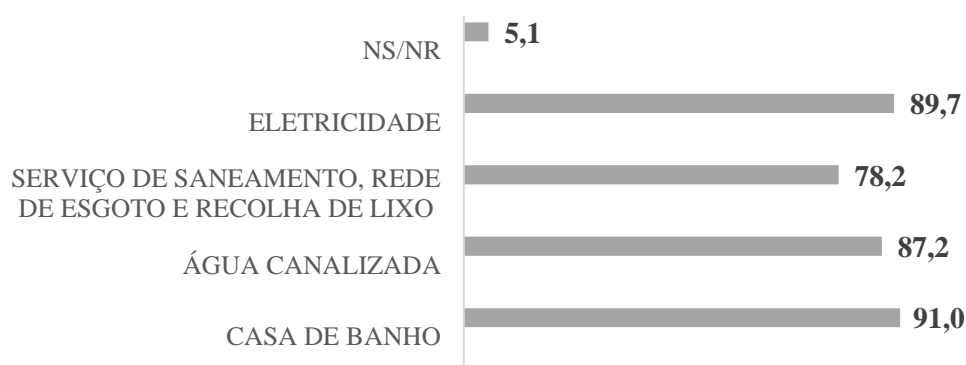
Gráfico 4 – Tipos de Serviços Desconcentrados existe na sua Zona (%)



Fonte: Ver Tabela 5 em Anexo

Segundo os dados, 67.9% dos inquiridos afirma que existe na sua zona os serviços desconcentrados de Escolas Primarias, 66.7% os Jardins, 46.2% o Posto de Policia, 42.3% os Postos Sanitários, 39.7% a Delegação Municipal, 38.5% os Postos de Cobrança de Energia e Água, 37.2% as Escolas Primarias, 32.1% o Correio, 23.1% a Casa do Cidadão, 1.3% afirmam existir outros para além dos indicados e 10.3% não sabem ou não responderam a pergunta.

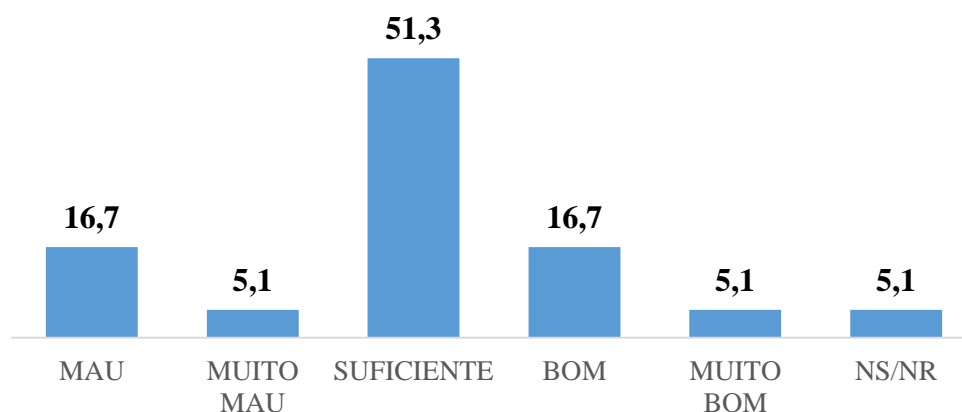
Gráfico 5 – Tens acesso aos Serviços Básicos (%)



Fonte: Ver Tabela 6 em Anexo

Segundo os dados, 91% dos inquiridos tem acesso a Casa de Banho, 89.7% a Eletricidade, 87.2% a Água Canalizada, 78.2% a Serviços de Saneamento, Rede de Esgoto e Recolha de lixo e 5.1% não sabem ou não responderam a pergunta.

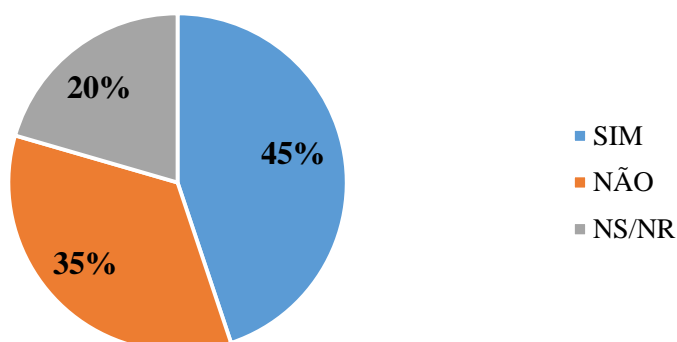
Gráfico 6 – Como Avalias o Desempenho da CM no seu papel de Principal Promotor de Desenvolvimento Local (%)



Fonte: Ver Tabela 7 em Anexo

Segundo os dados, 51.3% dos inquiridos avalia o desempenho da CM no seu papel de Principal Promotor de Desenvolvimento Local como Suficiente, 16.7% Bom e Mau. 5.1% Muito Bom e Muito Mau e 5.1% dos inquiridos não sabem ou não responderam a pergunta.

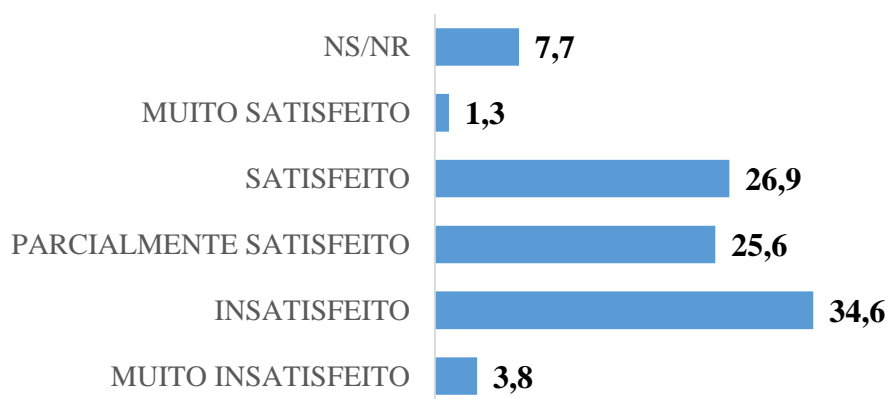
Gráfico 7 – Considera que a CM esta preparada para dar um Maior Contributo no Desenvolvimento do Município



Fonte: Ver Tabela 8 em Anexo

Segundo os dados, 45% dos inquiridos considera que a CM esta preparada para dar um Maior Contributo no Desenvolvimento do Município, 35% acham que não e 20% não sabem ou não responderam a pergunta.

Gráfico 8 – Qual o Nível de Satisfação em Relação ao Desenvolvimento do Município (%)



Fonte: Ver Tabela 9 em Anexo

Segundo os dados, 34.6% dos inquiridos esta Insatisfeito relativamente ao Desenvolvimento do Município, 26.9% estão Satisfeitos, 25.6% estão Parcialmente Satisfeitos, 3.8% estão Muito Insatisfeito, 1.3% estão Muito Satisfeito e 7.7% não sabem ou não responderam a pergunta.

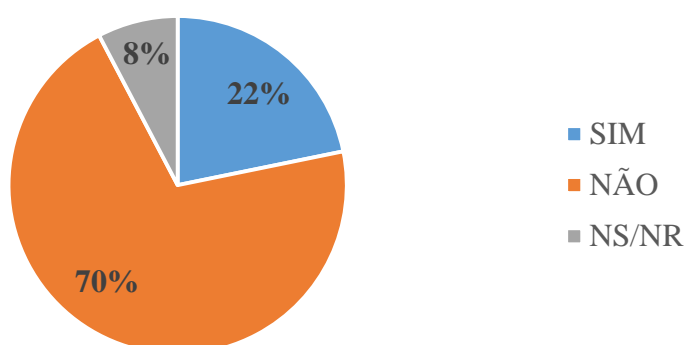
Gráfico 9 – Que tipo de Infraestruturas Sociais existe na sua Localidade (%)



Fonte: Ver Tabela 10 em Anexo

Segundo os dados, 60.3% afirmam existir na sua localidade a infraestruturas Placas Desportivas, 46.2% o Lar de Terceira Idade, 34.6% os Centros de Juventude, 6.4% os Centros Multiusos, 3.8% os Centros Culturais e 7.6% dizem existir outras para além das indicadas sendo que 25.6% não responderam ou não sabem a pergunta.

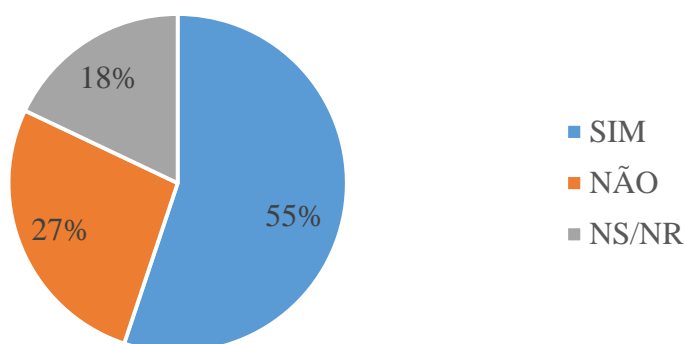
Gráfico 10 – Existe Problemas em Relação ao Transporte Interno (%)



Fonte: Ver Tabela 11 em Anexo

Segundo os dados 70% dos inquiridos afirmam não existir problemas relativamente ao transporte Interno, 22% afirmam que existe e 8% não sabem ou não responderam a pergunta.

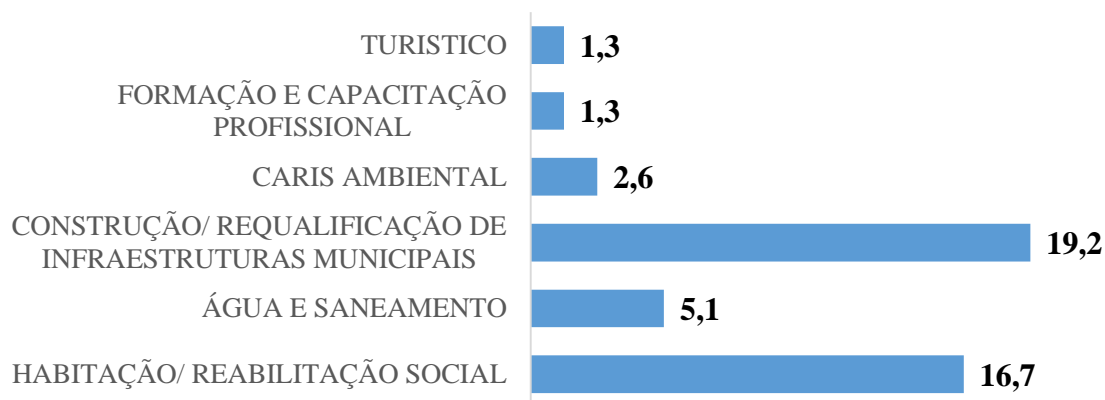
Gráfico 11 – Alguma vez a CM já Executou algum Projeto na sua Localidade (%)



Fonte: Ver Tabela 12 em Anexo

Segundo os dados, 55% dos inquiridos afirma que a CM já executou algum projeto na sua Localidade, 27% discordam e 18% não sabem ou não responderam a pergunta.

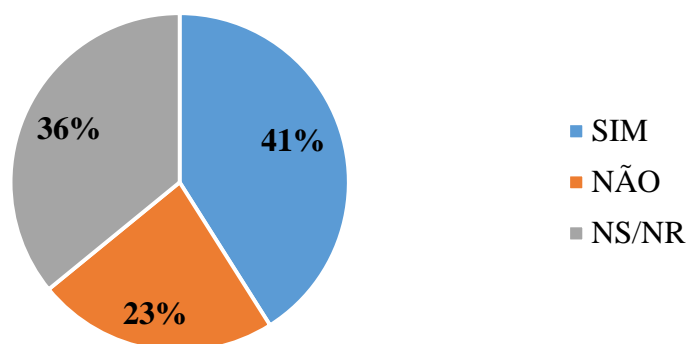
Gráfico 12 – Se Sim que Tipo de Projeto a CM já Executou algum Projeto na sua Localidade (%)



Fonte: Ver Tabela 12.1 em Anexo

Segundo os dados, dos Inquiridos que responderam que a CM já executou algum projeto na sua localidade, 19.2% afirmam que esses projetos estão ligados a Construção/Requalificação de Infraestruturas, 16.7% a Habitação/Reabilitação Social, 5.1% a água e Saneamento, 2.6% ligados ao Ambiente e 1.3% ligados ao Turismo e as Formações e Capacitação Profissional.

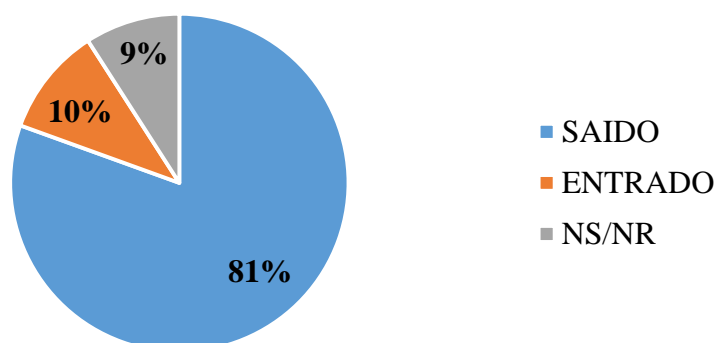
Gráfico 13 – Quando a CM vai executar algum Projeto leva em conta a Opinião de quem vai Beneficiar do Projeto



Fonte: Ver Tabela 13 em Anexo

Segundo os dados, 41% dos inquiridos acham que a CM não leva em conta a Opinião de quem irá Beneficiar do Projeto, enquanto 23% acha que não e 36% não sabem ou não responderam a questão.

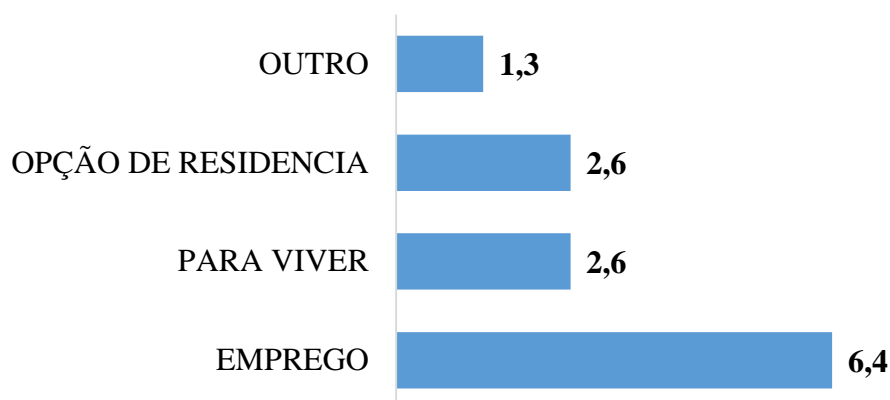
Gráfico 14 – Acha que nos Últimos anos tem Saído ou Entrado mais pessoas no Município



Fonte: Ver Tabela 14 em Anexo

Segundo os dados, 81% dos inquiridos acham que tem Saído mais pessoas do Município, enquanto 10% acham que tem Entrado mais pessoas e 9% não sabem ou não responderam a pergunta.

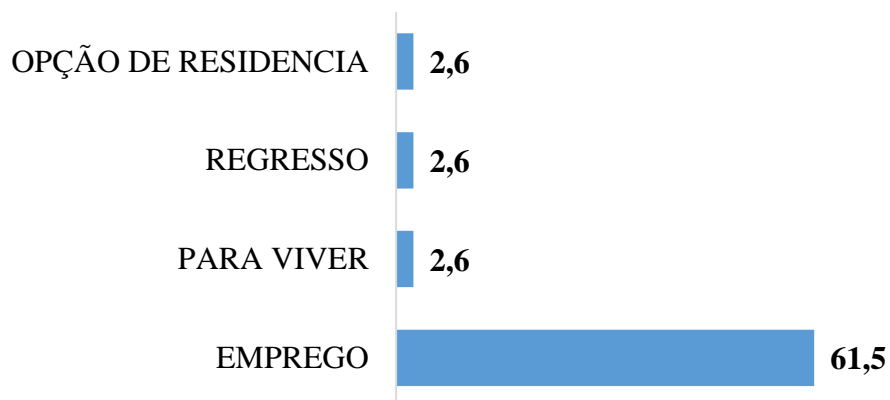
Gráfico 15 – Caso tenha Respondido Entrada indique por que motivos (%)



Fonte: Ver Tabela 14.1 em Anexo

Segundo os dados, dos inquiridos que responderam que no Município tenha Entrado mais pessoas, afirmam 6.4% que um dos motivos é o Emprego, 2.6% são para viver ou residir, 1.3% afirmam que é por outros motivos diferentes daqueles indicados.

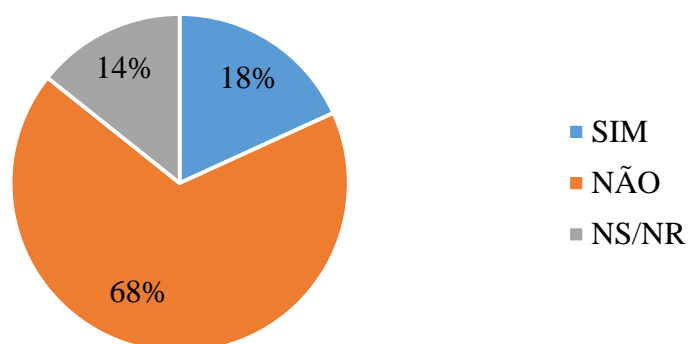
Gráfico 16 – Caso tenha Respondido Saído indique por que motivos (%)



Fonte: Ver Tabela 14.2 em Anexo

Segundo os dados, dos inquiridos que responderam que no Município tenha Saído mais pessoas, afirmam 61.5% que um dos motivos é o Emprego, 2.6% são para viver, residir ou por outros motivos diferentes daqueles indicados.

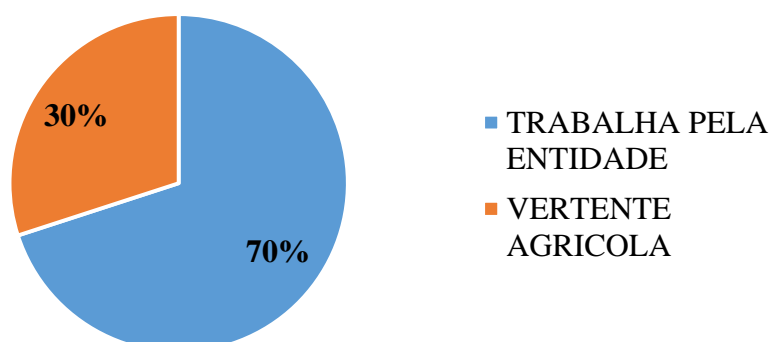
Gráfico 17 – Sente apoiado a nível da empregabilidade por parte da CM



Fonte: Ver Tabela 15 em Anexo

Segundo os dados, 68% dos inquiridos não se sentem apoiados pela CM a Nível da Empregabilidade, 18% são apoiados e 14% não sabem ou não responderam a pergunta.

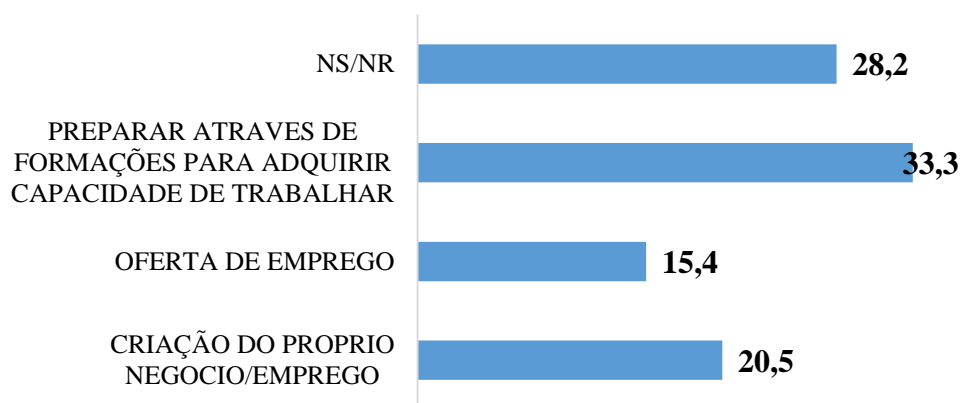
Gráfico 18 – Se Sim, que Tipo de Apoio Recebeu da CM



Fonte: Ver Tabela 15.1 em Anexo

Segundo os dados, dos inquiridos que se sentiram apoiados pela CM a nível da empregabilidade 70% trabalham na Instituição e 30% receberam apoios ligados a Vertente Agrícola.

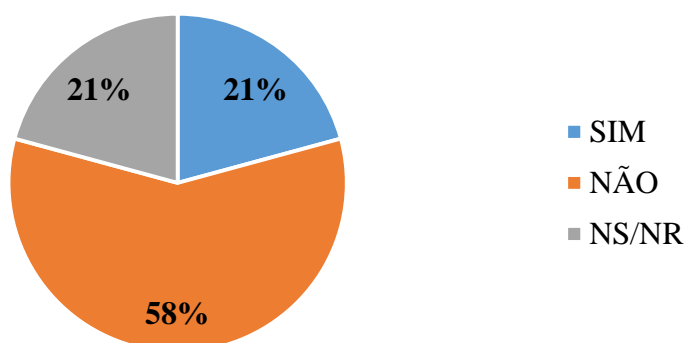
Gráfico 19 – Se Não, que Tipo de Apoio deveria Existir (%)



Fonte: Ver Tabela 15.2 em Anexo

Segundo os dados, dos inquiridos que não se sentiram apoiados pela CM a nível da empregabilidade, 33.3% acham que deveriam existir apoios ligados a Formação e Capacitação Profissional, 20.5% a criação do Próprio Emprego, 15.4% a Oferta de Emprego e 28.2% não sabem ou não responderam a pergunta.

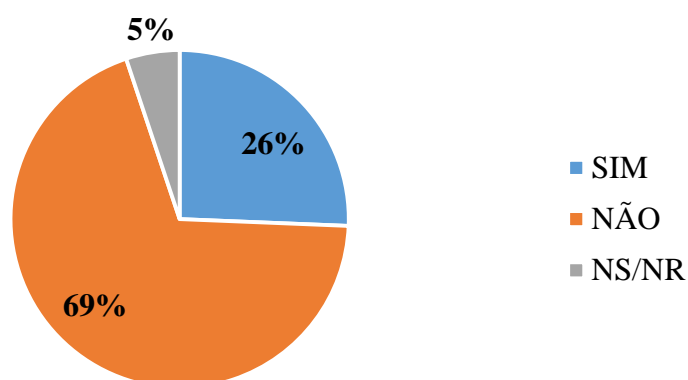
Gráfico 20 – Já teve a necessidade de Recorrer aos Apoios atrás Referidos



Fonte: Ver Tabela 15.3 em Anexo

Segundos os dados, 58% dos inquiridos nunca solicitaram a CM os apoios acima citados, sendo que 21.5% já o fizeram e 21% não sabem ou não responderam a pergunta.

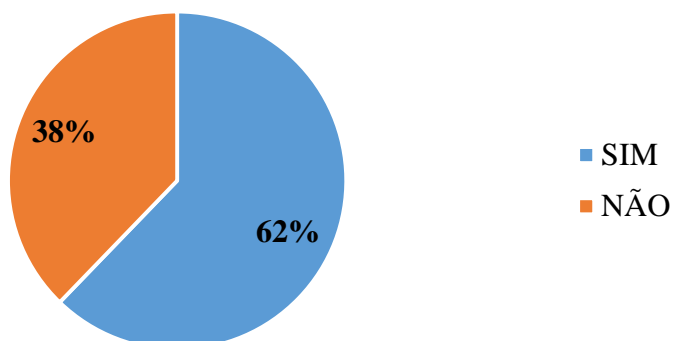
Gráfico 21 – É membro de alguma Associação



Fonte: Ver Tabela 16 em Anexo

Segundo os dados, 69% dos inquiridos não são membros de uma Associação, enquanto 26% são e 5% não sabem ou não responderam a pergunta.

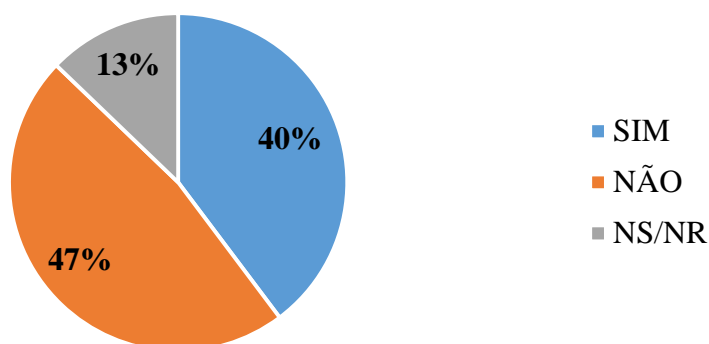
Gráfico 22 – Considera que as associações/Coletividades têm recebido todo o Incentivo por parte da CM nos Últimos Anos



Fonte: Ver Tabela 17 em Anexo

Segundo os dados, 62% dos inquiridos acham que as Associações/Coletividades têm recebido incentivos da CM, enquanto 38% acham que não.

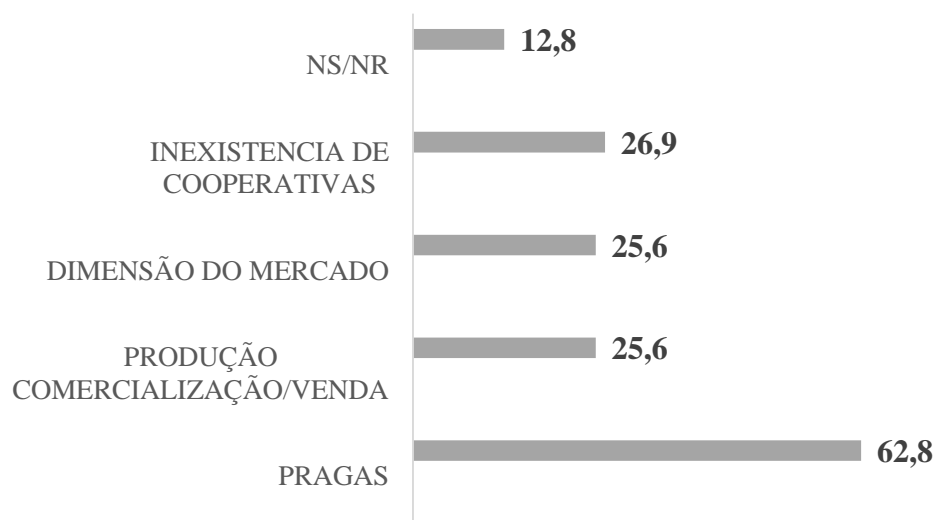
Gráfico 23 – Considera que as potencialidades do Município a Nível do Turismo têm sido aproveitadas



Fonte: Ver Tabela 18 em Anexo

Segundo os dados, 47% dos inquiridos acham que o Município não têm aproveitado as suas potencialidades relativamente ao Turismo enquanto 40% acham que sim e 13% não sabem ou não responderam a pergunta.

Gráfico 24 – Quais as Principais dificuldades Enfrentadas pelos Agricultores e Produtores (%)



Fonte: Ver Tabela 19 em Anexo

Segundo os dados, 62.8% dos inquiridos acham que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores e produtores são as Pragas, 26.9% acham que é a inexistência

de Cooperativas e 25.6% acham que é devido a Dimensão do Mercado e Produção, Comercialização/Venda.

Análise Do Conteúdo Da Entrevista Efetuado Ao Presidente Da Câmara Municipal Do Paúl.

Questionado sobre as inúmeras problemas enfrentadas pelo município do Paúl e se a Câmara está preparada para dar uma resposta eficiente o presidente respondeu que é preciso em primeiro lugar traçar prioridades que vão de encontro as realidades e as necessidades do município do Paúl e esses objetivos já traçados irá proporcionar uma resposta satisfatória para o município dentro daquilo que é o plano estratégico traçado pela Câmara Municipal.

Ainda questionado sobre as políticas em agenda para reverter o quadro negativo do município respondeu que essas políticas se encontra dentro do plano estratégico analisando as potencialidades dentro do turismo da agricultura, do comércio o clima as montanhas favorecendo um conjunto de fatores importantes para alavancar a economia e favorecer o emprego. No âmbito da agricultura defende que é preciso de uma agricultura modernizada e que para que isto seja uma realidade é preciso de parceiros ou seja a criação de uma agenda agrícola e uma delegação do ministério da agricultura seria um grande passo para atingir esse objetivo.

Questionado pela fraca capacidade do município em gerar receitas e ausência de parceiros e investidores externos e das políticas em agenda para melhorar esta situação o entrevistado respondeu que o ambiente de negócio do município é quase inexistente ou seja em primeiro lugar é preciso melhorar esta primeira condição e depois pensar em parceiros, analisando a ausência da cultura de pagar impostos, ou seja o entrevistado refere que o conceito de cidadania precisa ser mais trabalho e só depois do término deste trabalho é que as receitas vão começar a melhorar e outros parceiros irão colaborar para o tal aumento.

Ainda questionado pela ausência da autonomia financeira do município e as políticas para reverter esse problema o entrevistado respondeu que tem vindo a trabalhar em conjunto com o governo para melhorar essa situação, implicando assim o aumento das transferências das por parte do governo para os municípios com maiores dificuldades em gerar receitas, a questão da discriminação positiva pela qual o Paúl está submetido e outros investimentos através do fundo rodoviário, fundo do ambiente fundo do turismo tudo para melhorar as receitas no município, e por parte da Câmara Municipal a procura de parcerias no âmbito do turismo, através de concursos a nível internacional financiamento de projetos no âmbito da

mobilização e melhoria da qualidade da água, projetos de turismo rural onde foram bem-sucedidos.

No âmbito da saúde a reabilitação da delegacia saúde na cidade das pombas do posto sanitário de Janela, do posto sanitário de Cabo Ribeira em Chã de João Vaz e que ainda é preciso dar mais atenção as (UBS) unidades sanitárias de base sendo que 80 % da população do município vive em zonas rurais.

A nível da educação o entrevistado disse que não é preciso a construção de mais escolas e jardins infantis sendo que o objetivo passa por reabilita-las, e que se encontra em construção o novo liceu onde a Câmara Municipal disponibilizou o terreno para a sua construção, fornecendo assim mais espaço para o ensino secundário e formações profissionais.

O entrevistado respondeu que em relação as formações profissionais a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar junto de outras instituições, como instituto de formação profissional, o centro de emprego e com a escola de hotelaria de modo a aproveitar as potencialidades do município dando oportunidade aos jovens que queiram entrar no mercado trabalho.

Questionado sobre as parecerias com o novo governo tem sido bem-sucedido, o entrevistado respondeu que o diálogo tornou-se mais fluentes os impactos das parceiras são maiores e mais agilizados.

Questionado sobre a participação dos munícipes no desenvolvimento do município o entrevistado respondeu que os munícipes tem sido considerado os primeiros parceiros do desenvolvimento local junto da sociedade civil os operadores económicos as instituições.

Questionado sobre o papel de assistencialismo da Câmara Municipal o entrevistado respondeu que o assistencialismo tem vindo a diminuir consideravelmente e que com o aumento do emprego no município, os munícipes tem solicitado pouco a Camara Municipal a pedido de apoio.

Por último questionado sobre a questão da inviabilidade do município, o entrevistado respondeu que a viabilidade ou inviabilidade de qualquer município depende da vontade da população e que enquanto houver colaboração entre as partes o município continuará a trabalhar em prol do desenvolvimento local.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento tem sido ao longo da história, um desafio de muitas nações frente a várias dificuldades e desigualdades sociais. Hoje o desenvolvimento local é um tema muito debatido e que tem tornado foco nas sociedades contemporâneas e que há cada vez uma maior preocupação sobre o tema, numa tentativa de abordar políticas estratégias para o desenvolvimento.

O Municipalismo em Cabo Verde tem sido um processo que cada vez tem vindo a arranjar esforços para atingir o desenvolvimento almejado. E para compreender tal fenómeno houve necessidade de abordar um conjunto de conceitos importantes que clarifica da melhor forma esse fenómeno, entre esses conceitos o desenvolvimento local, o desenvolvimento comunitário, o participativo, o sustentável o integrado, social económico e cultural, etc.

O desenvolvimento local não deve ser concedida apenas as autoridades locais mas sim deve haver articulações junto do poder central e de outras instituições que no âmbito nacional e internacional deve apoiar em todos os níveis no desenvolvimento de cada município.

De realçar que com a independência em Cabo Verde os municípios ganharam uma nova dinâmica onde foram projetados a novos patamares e desafios, que vieram a dar uma resposta satisfatória no desenvolvimento local.

Em Cabo Verde tem-se notado que o desenvolvimento local tem sido alcançado através das análises de fragilidades e o aproveitamento das potencialidades de cada município na sua área de atuação, tendo em conta as necessidades das populações.

O Município do Paul tem sido considerado um dos Municípios mais pobres do país, este tem apresentado um nível de desenvolvimento que deixa muito a desejar, com algumas vulnerabilidades em áreas que estão diretamente relacionadas como a qualidade e melhoria das condições de vida das populações. Pode-se dizer que o desenvolvimento do mesmo, não

atingiu um nível satisfatório carecendo de algumas infraestruturas básicas para o seu desenvolvimento.

Perante a realização do trabalho adotamos algumas hipóteses que nos guiaram durante a pesquisa:

No que tange a primeira hipótese: a ausência da autonomia financeira do município do Paúl tem sido uma barreira enorme para o desenvolvimento município e consequentemente a sua fraca capacidade de gerar receitas. De acordo com as nossas pesquisas, validamos esta hipótese, tendo em conta que a ausência da autonomia financeira tem sido o “calcanhar de Aquiles” de muitos municípios em Cabo Verde e em especial o Câmara Municipal do Paúl que tem enfrentado muitas dificuldades a nível financeiro, e que deve haver um maior e melhor relacionamento entre o poder local e o poder central numa tentativa de fazer uma discriminação positiva ao município do Paúl, entre outros investimentos que visa aumentar as receitas no município, nomeadamente, no quadro da arrecadação de receitas fiscais, que requer medidas urgentes por parte da autarquia. Entendemos que uma cobrança de receita eficiente dita a sustentabilidade do sistema.

A segunda hipótese: O principal problema do Município do Paul é a alta taxa de desemprego e que tem repercutido na saída de pessoas, entre eles, quadros altamente qualificados para outras ilhas ou fora do país a procura de melhores condições de vida; aprovamos esta hipótese na medida em que segundo os dados, no total dos 78 inquiridos com um peso de 68% não se sentem apoiados por parte da CM a nível da empregabilidade, e os que responderam que já receberam apoio da CM, apenas 7 dos 10 que reponderam a questão com um peso 70% trabalham pela instituição e apenas 3 dos 10, com um peso de 20% disseram que receberam apoio na vertente agrícola. Estes números mostram claramente que a CM enfrenta várias dificuldades em criar postos de trabalhos, fazendo aumentar o número de saída de pessoas a procura de emprego no exterior onde 61,5% afirma que o motivo principal é o desemprego.

A terceira hipótese: A Câmara Municipal do Paúl esta consciente das suas condições e das dificuldades em dar uma resposta satisfatória ao desenvolvimento do município. Refutamos esta hipótese tendo em conta que, através das nossas pesquisas constatamos que

dos 78 inquiridos 35 com um peso de 45% considera que a Câmara está preparada a dar o seu contributo ao desenvolvimento do município e 27 dos inquiridos com um peso de 35% considera que a Câmara Municipal não está preparada para dar o seu contributo no desenvolvimento do município. Perante a avaliação do desempenho da Câmara Municipal no desenvolvimento local, do total dos 78 inquiridos, 40 com um peso de 51,3% avalia suficiente o papel da CM no desenvolvimento do município. A sociedade exige nos dias de hoje uma nova abordagem perante gestão das Câmaras Municipais, como a boa governação, mais responsabilização, e maior transparência.

O município do Paúl a em relação aos outros municípios em Cabo Verde tem sido considerado um dos municípios mais pobres do país, que ao longo da sua história tem enfrentado enumeras dificuldades no que tange a estruturas básicas de desenvolvimento, na saúde, habitação, agricultura, desporto, educação, turismo etc.

Convém ainda reiterar que, há uma necessidade cada vez maior de ter em atenção a realidade social dos munícipes, desenvolver as mentalidades e acompanhar de perto e com maior frequência para inteirar dos assuntos do dia-a-dia do município e traçar estratégias para combater a pobreza as desigualdades sociais e outros distúrbios que afeta o desenvolvimento do município.

Recomendações/Sugestões

Com base nas conclusões do estudo realizado, sugere-se, a esse respeito, algumas medidas de políticas e estratégias que achamos pertinentes para o Município:

- A nível institucional criar Delegações Municipais em outras localidades devido à dispersão das zonas, mas também para o reforço da autonomia e capacidade técnica e financeira das delegações municipais;
- Incentivar os órgãos municipais a realizar sessões de Assembleia Municipal descentralizadas nas zonas rurais;

- Implementação do orçamento participativo onde todos os cidadãos poderiam participar dos assuntos da comunidade local, não colocando em causa a autonomia local;
- Criação do provedor do município, pessoa responsável para recolher as principais preocupações e reencaminhar aos eleitos municipais como forma de melhorar o sistema de comunicação, informação e relacionamento com os munícipes, de modo a conhecer as suas reais necessidades e aspirações, de forma a traçar uma estratégia mais eficaz e bem planeada para fazer face a este problema;
- Criação de um conselho municipal de juventude que tem como principal função aconselhar o poder local na implementação das políticas da juventude;
- Sendo um conselho de forte pendor agrícola a necessidade de criar uma delegação do ministério da agricultura;
- Melhorar através de formações e sensibilizações a cultura de pagar impostos.

BIBLIOGRAFIA

- _A D E J - Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região. (13 de Fevereiro de 2017).
- Amaro, R. R. (2003). *Desenvolvimento - Um Conceito Ultrapassado ou em Renovacao?* . Lisboa .
- Antonio, R. d. (2015). *Progeto de Desenvolvimento Local em Almovlodar: Do Diagnostico as estrategias*. Algarve, Portugal.
- Baracho, J. A. (s.d.). *O Principio da Subsidiariedade: Conceito e Evolução* .
- Barbosa, G. S. (Junho de 2008). *O Desafio do Desenvolvimento Sustentavel*.
- Branco, P. J. (2007). *Municipalismo no Pensamento de Alexandre Herculano 1834-1859*.
- Cardoso, M. (2007). *Sao Tome e Cabo Verde - Insularidade Educacao e Infraestruturas como Factor de Desenvolvimento*. Edições Aforamento.
- Carlos Eduardo Higa Matsumoto, M. F. (2012). *Municipio o Palco da Vida . Historia do Municipalismo Brasileiro Volume1*.
- Constituição da República de Cabo Verde . (2010). *2º Revisão Ordinaria* .
- Diniz, F. (2006). *Crescimento e Desenvolvimento Economico Modelos e agentes do Processo* . Lisboa.
- Durate, J. G. (s.d.). *Impacto da Descentralização no Processo de Desenvolvimento Local* . São Miguel, Cabo Verde.
- Lopes, A. V. (2013). *A Problematica da participacao das Mulheres nos Orgaos de Poder Politico: O Caso do Parlamento Cabo-verdiano*. Lisboa , Portugal.
- Mello. (s.d.). *Ditos e Reditos em torno do desenvolvimento local* .
- Moreira, S. B. (setembro de 2009). *Sobre a Natureza Multidimensional do Desenvolvimento*. Setubal , Portugal.
- Passos, C. C. (13 de Junho de 2005). *Descentrlização e Deconcentração do Estado de Santa Catarina*.
- Proenca, C. S. (2005). *A Exclusao Social em Cabo Verde Uma Abordagem Preliminar*. lisboa .
- Rodrigues, L. S. (2015). *Municipalismo e Desenvolvimento Local*. Mindelo, Cabo Verde.
- silveira, C. C. (2015). *Democracia Participativa, Tutelas Coletivas e o Principio da Subsidiariedade na Construção de Politicas Publicas Locais*. Florianopolís , Santa Catarina .

- Sousa, P. F. (2007). A subsidiearedade Como Principio de Organização do Estado e a sua Aplicação ao Federalismo. Brasília .
- Taveira, A. d. (s.d.). Descentralização e Desconcentração da actividade Estatal .
- Veiga, E. R. (2015). Regionalização e Reforma Local em Cabo Verde: Analises de Opiniões Publicadas .
- Meier, Gerald e Baldwin, Robert (1968), *Desenvolvimento economico*, traduzido por Augusto Reis e Luiz Pereira Vieira, Editora Mestre Jou, São Paulo.
- Monteiro, E. P. (Abril de 2007). Poder Local e Divisão Administrativa em Cabo Verde no Pós-Independente. *Colóquio Internacional: “Descentralização e Divisão Administrativa: “Que Modelo para um Pequeno Estado Arquipelágico como Cabo Verde”*. Praia, Cabo Ver

ANEXO QUESTIONÁRIO

A presente entrevista enquadra-se no âmbito do trabalho de investigação científica intitulado: o Municipalismo e Desenvolvimento Local: o Caso do Município do Paúl com vista a realização do trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Mindelo.

As informações fornecidas serão exclusivamente para fins da pesquisa.

A1- Género

1. Masculino ☐
2. Feminino ☐

A2- idade?

1. 18 - 27 Anos ☐
2. 28 - 37 Anos ☐
3. 38 - 47 Anos ☐
4. 48 - 57 Anos ☐
5. 58 - 67 Anos ☐
6. 68 - Mais anos ☐
7. NS/NR ☐

A3- Nível de escolaridade?

1. Ensino primário ☐
2. Ensino secundário ☐
3. Bacharel ☐
4. Licenciatura ☐
5. Mestrado ☐
6. Doutoramento ☐
7. Sem escolaridade ☐
8. NS/NR ☐

A4- Em que zona do município

reside? _____

A5- Que tipo de serviços

desconcentrados existe na sua zona?

1. Delegação Municipal ☐
2. Casa cidadão ☐
3. Posto policial ☐
4. Posto Sanitário ☐
5. Jardins infantis ☐
6. Escolas primárias ☐
7. Escolas secundárias ☐
8. Posto de cobrança de energia e
água ☐
9. Correio ☐
10. NS/NR ☐
11. Outros. Quais? ☐

A6- Tens acesso aos serviços básicos

como:

1. Casa de banho ☐
2. Água canalizada ☐
3. Serviços de saneamento, rede
esgoto e recolha e tratamento de
lixo ☐

4. Eletricidade ☐

5. NS/NR ☐

A7- Como avalia o desempenho da CM no seu papel de principal promotor do desenvolvimento local?

1. Mau ☐

2. Muito Mau ☐

3. Suficiente ☐

4. Bom ☐

5. Muito Bom ☐

6. NS/NR ☐

A8- Considera que a Câmara Municipal está preparada para dar um maior contributo no desenvolvimento do Município?

1. Sim ☐

2. Não ☐

3. NS/NR ☐

A9- Qual o nível de satisfação em relação ao desenvolvimento do município do Paul?

1. Muito insatisfeito ☐

2. Insatisfeito ☐

3. Parcialmente satisfeito ☐

4. Satisfeito ☐

5. Muito satisfeito ☐

6. NS/NR ☐

A10- Que tipos de infraestruturas sociais existe na sua localidade?

1. Centros multiusos ☐

2. Lar de terceira idade ☐

3. Placas desportivas ☐

4. Centro culturais

5. Centros de juventude ☐

6. Outros. Quais? _____

A11- Existe problemas em relação ao transporte interno?

1. Sim ☐

2. Não ☐

3. NS/NR ☐

A12- alguma vez a CM já executou algum projeto na sua localidade?

1. Sim ☐

2. Não ☐

3. NS/NR ☐

A12.1- Que tipo projeto?

A13- Quando a CM vai executar algum projeto leva em conta a opinião de quem vai beneficiar do projeto?

1. Sim ☐

2. Não ☐

3. NS/NR ☐

A14- Acha que, nos últimos anos, têm saído ou entrado mais pessoas no Município?

1. Saído ☐

2. Entrado ☐

3. NS/NR ☐

A14.1 Caso tenha respondido entrado indique por que motivos:

1. Emprego ☐

2. Para viver ☐
3. Regresso ☐
4. Opção de residência ☐
5. Outro. Qual?

A14.2 Caso tenha respondido saído indique por que motivos:

1. Emprego ☐
2. Para viver ☐
3. Mera opção vida ☐
6. Outro. ☐

Qual? _____

A15- Sente apoiado a nível da empregabilidade por parte da Camara municipal.

1. Sim ☐
2. Não ☐
3. NS/NR ☐

A15.1 Se sim que tipo de apoio?

A15.2 Se não que tipo de apoio devia existir?

- a. Na criação do próprio negócio/emprego ☐
- b. Ofertas de emprego ☐
- c. Preparar através de formações para adquirir capacidade de trabalhar ☐

A15.3 Já teve necessidade de recorrer aos apoios atrás referidos?

1. Sim ☐

2. Não ☐
3. NS/NR ☐

A16- É membro de alguma associação?

1. Sim ☐
2. Não ☐
3. NS/NR ☐

A16.1 Que associação pertence?

A17- Considera que as associações/coletividades têm recebido todo o incentivo por parte da Câmara Municipal nos últimos anos?

1. Sim ☐
2. Não ☐
3. NS/NR ☐

A18- Consideras que as potencialidades do município a nível do turismo tem sido aproveitados?

1. Sim ☐
2. Não ☐
3. NS/NR ☐

A19- Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores e produtores?

1. Pragas ☐
2. Produção comercialização/venda ☐
3. Dimensão do Mercado ☐
4. Inexistência de cooperativas ☐
5. NS/NR ☐

ANEXOS

GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista enquadra-se no âmbito do trabalho de investigação científica intitulado: o Municipalismo e Desenvolvimento Local: o Caso do Município do Paúl com vista a realização do trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade do Mindelo.

O propósito desta entrevista é analisar como é que o município tem vindo a dar respostas aos desafios enfrentados na persecução do desenvolvimento local, das suas populações em diversas áreas de desenvolvimento do Município.

A sua contribuição é fulcral para a realização deste trabalho. Sendo assim, agradecia-lhe que responda, com sinceridade, a todas as questões colocadas, visto que as respostas serão utilizadas apenas para fins académicos, salvaguardando a confidencialidade das mesmas.

1. É de conhecimento público que município do paul tem enfrentados enumeras problemas no que tange ao seu desenvolvimento considera que a camara esta preparada para dar respostas eficientes a esses problemas?
2. Estudos feitos anteriormente considera que a CM tem tido apenas um papel de assistencialismo a população. O que pensa a esse respeito?
3. Quais as políticas em agenda para reverter o quadro negativo do desenvolvimento do município?
4. Um dos problemas município é fraca capacidade de gerar receitas próprias ou essa é quase inexistente. Como é que a CM tem trabalhado a nível das cooperações descentralizadas para gerar investimentos e receitas para o município?

5. A ausência autonomia financeira tem sido o calcanhar de Aquiles de alguns municípios em cabo verde e o município do Paúl não foge a regra, que políticas tem adotado a CM para reverter o problema?
6. Quais as políticas que a CM tem viradas para a juventude?
7. Qual é a avaliação que faz ao nível de participação dos munícipes no desenvolvimento local?
8. Como é que a CM tem trabalhado com as associações comunitárias no desenvolvimento de projetos?
9. Analisando a pobreza do Município e a carência em infraestruturas básicas a nível de saúde, educação, saneamento, desporto, iluminação pública e turismo, no que tange a caminhos vicinais e agronegócios, existe algum meio para melhorar essas condições?
10. Já se pronunciaram sobre a questão da inviabilidade do município. Que apreciação faz a esse respeito?

ANEXO: TABELAS

Tabela 2 – Gênero

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MASCULINO	55	70,5	70,5	70,5
	FEMININO	23	29,5	29,5	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 3 – Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18-27 ANOS	21	26,9	26,9	26,9
	28-37 ANOS	31	39,7	39,7	66,7
	38-47 ANOS	15	19,2	19,2	85,9
	48-57 ANOS	8	10,3	10,3	96,2
	58-67 ANOS	3	3,8	3,8	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 4 – Nível de Escolaridade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	ENSINO PRIMARIO	14	17,9	17,9	17,9
	ENSINO SECUNDARIO	41	52,6	52,6	70,5
	BACHAREL	6	7,7	7,7	78,2
	LICENCIATURA	15	19,2	19,2	97,4
	MESTRADO	2	2,6	2,6	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 5 – Zona de Residência

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CIDADE DAS POMBAS	32	41,0	41,0	41,0
	PAÇOS	13	16,7	16,7	57,7
	PEDRA DAS MOÇAS	1	1,3	1,3	59,0
	ESTANCIA	10	12,8	12,8	71,8
	EITO	11	14,1	14,1	85,9
	CABO DA RIBEIRA	4	5,1	5,1	91,0
	JANELA	3	3,8	3,8	94,9
	PASSOS	2	2,6	2,6	97,4
	FIGUEIRAL	2	2,6	2,6	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 6 – Tipo Serviços Desconcentrados que existe na sua zona

	Respostas		Porcentagem de casos
	N	Porcentagem	
SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - DELEGAÇÃO MUNICIPAL	31	9,8%	39,7%
SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - CASA DO CIDADÃO	18	5,7%	23,1%
SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - POSTO POLICIAL	36	11,4%	46,2%
SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - POSTO SANITARIO	33	10,4%	42,3%
SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - JARDINS INFANTIS	52	16,5%	66,7%
SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - ESCOLAS PRIMARIAS	53	16,8%	67,9%
SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - ESCOLAS SECUNDARIAS	29	9,2%	37,2%

	SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - POSTO DE COBRANÇA DE ENERGIA E ÁGUA	30	9,5%	38,5%
	SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - CORREIO	25	7,9%	32,1%
	SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - NS/NR	8	2,5%	10,3%
	SERVIÇOS DESCONCENTRADOS - OUTROS	1	0,3%	1,3%
Total		316	100,0%	405,1%

Tabela 7 – Acesso aos serviços básicos

CASA DE BANHO

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	71	91,0	100,0	100,0
Missing System	7	9,0		
Total	78	100,0		

ÁGUA CANALIZADA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	68	87,2	100,0	100,0
Missing System	10	12,8		
Total	78	100,0		

SERVIÇO DE SANEAMENTO, REDE DE ESGOTO E RECOLHA DE LIXO

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	61	78,2	100,0	100,0
Missing System	17	21,8		
Total	78	100,0		

ACESSO AOS SERVIÇOS BÁSICOS - ELETRICIDADE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	70	89,7	100,0	100,0
Missing	System	8	10,3		
	Total	78	100,0		

NS/NR

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	4	5,1	100,0	100,0
Missing	System	74	94,9		
	Total	78	100,0		

Tabela 8 – Como Avalias O Desempenho Da CM No Seu Papel De Principal Motor De Desenvolvimento Local

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MAU	13	16,7	16,7	16,7
	MUITO MAU	4	5,1	5,1	21,8
	SUFICIENTE	40	51,3	51,3	73,1
	BOM	13	16,7	16,7	89,7
	MUITO BOM	4	5,1	5,1	94,9
	NS/NR	4	5,1	5,1	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 9 - Considera Que A Camara Municipal Esta Preparada Para Dar Um Maior Contributo No Desenvolvimento Do Município

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	35	44,9	44,9	44,9
	NÃO	27	34,6	34,6	79,5
	NS/NR	16	20,5	20,5	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 10- Qual O Nível De Satisfação Em Relação Ao Município Do Paúl

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITO INSATISFEITO	3	3,8	3,8	3,8
	INSATISFEITO	27	34,6	34,6	38,5
	PARCIALMENTE SATISFEITO	20	25,6	25,6	64,1
	SATISFEITO	21	26,9	26,9	91,0
	MUITO SATISFEITO	1	1,3	1,3	92,3
	NS/NR	6	7,7	7,7	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 11- Tipos De Infraestruturas Sociais

CENTROS MULTIUSOS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	5	6,4	100,0	100,0
Missing	System	73	93,6		
	Total	78	100,0		

LAR DE TERCEIRA IDADE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	36	46,2	100,0	100,0
Missing	System	42	53,8		

CENTROS MULTIUSOS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	5	6,4	100,0	100,0
Missing	System	73	93,6		
	Total	78	100,0		

PLACAS DESPORTIVAS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	47	60,3	100,0	100,0
Missing	System	31	39,7		
	Total	78	100,0		

CENTRO CULTURAIS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	3	3,8	100,0	100,0
Missing	System	75	96,2		
	Total	78	100,0		

CENTROS DE JUVENTUDE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	27	34,6	100,0	100,0
Missing	System	51	65,4		
	Total	78	100,0		

OUTROS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	2	2,6	100,0	100,0
Missing	System	76	97,4		
	Total	78	100,0		

NS/NR

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	20	25,6	100,0	100,0
Missing	System	58	74,4		
	Total	78	100,0		

Tabela 12- Existe Problemas Relativamente Ao Transporte Interno

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	17	21,8	21,8	21,8
	NÃO	55	70,5	70,5	92,3
	NS/NR	6	7,7	7,7	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 13- Alguma Vez A Cm Já Executou Algum Projeto Na Sua Localidade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	43	55,1	55,1	55,1
	NÃO	21	26,9	26,9	82,1
	NS/NR	14	17,9	17,9	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

QUAL PROJETO A CM JÁ EXECUTOU NA SUA LOCALIDADE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	HABITAÇÃO/ REABILITAÇÃO SOCIAL	13	16,7	36,1	36,1
	ÁGUA E SANEAMENTO	4	5,1	11,1	47,2
	CONSTRUÇÃO/ REQUALIFICAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	15	19,2	41,7	88,9
	CARIS AMBIENTAL	2	2,6	5,6	94,4
	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	1	1,3	2,8	97,2

	TURÍSTICO	1	1,3	2,8	100,0
	Total	36	46,2	100,0	
Missing	System	42	53,8		
	Total	78	100,0		

Tabela 14- Quando A Cm Vai Executar Algum Projeto Leva Em Conta A Opinião E Quem Vai Beneficiar Do Projeto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	32	41,0	41,0	41,0
	NÃO	18	23,1	23,1	64,1
	NS/NR	28	35,9	35,9	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 15- Acha Que Nos Últimos Anos Tem Saído Ou Entrado Mais Pessoas No Município

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SAIDO	62	79,5	80,5	80,5
	ENTRADO	8	10,3	10,4	90,9
	NS/NR	7	9,0	9,1	100,0
	Total	77	98,7	100,0	
Missing	System	1	1,3		
	Total	78	100,0		

CASO TENHA RESPONDIDO ENTRADO INDIQUE PORQUE MOTIVOS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EMPREGO	5	6,4	50,0	50,0
	PARA VIVER	2	2,6	20,0	70,0
	OPÇÃO DE RESIDÊNCIA	2	2,6	20,0	90,0

	OUTRO	1	1,3	10,0	100,0
	Total	10	12,8	100,0	
Missing	System	68	87,2		
	Total	78	100,0		

CASO TENHA RESPONDIDO SAÍDO INDIQUE PORQUE MOTIVOS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EMPREGO	54	61,5	88,5	88,5
	PARA VIVER	2	2,6	3,3	91,8
	REGRESSO	2	2,6	3,3	95,1
	OPÇÃO DE RESIDENCIA	2	2,6	3,3	98,4
					100,0
	Total	61	78,2	100,0	
Missing	System	17	21,8		
	Total	78	100,0		

Tabela 16 - Sente Apoiado A Nível Da Empregabilidade Por Parte Da CM

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	14	17,9	18,2	18,2
	NÃO	52	66,7	67,5	85,7
	NS/NR	11	14,1	14,3	100,0
	Total	77	98,7	100,0	
Missing	System	1	1,3		
	Total	78	100,0		

SE SIM QUE TIPO DE APOIO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	TRABALHA PELA ENTIDADE	7	9,0	70,0	70,0
	VERTENTE AGRÍCOLA	3	3,8	30,0	100,0
	Total	10	12,8	100,0	
Missing	System	68	87,2		
	Total	78	100,0		

SE NÃO QUE TIPO DE APOIO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CRIAÇÃO DO PRÓPRIO NEGOCIO/EMPREGO	16	20,5	21,1	21,1
	OFERTA DE EMPREGO	12	15,4	15,8	36,8
	PREPARAR ATRAVÉS DE FORMAÇÕES PARA ADQUIRIR CAPACIDADE DE TRABALHAR	26	33,3	34,2	71,1
	NS/NR	22	28,2	28,9	100,0
	Total	76	97,4	100,0	
Missing	System	2	2,6		
	Total	78	100,0		

JÁ TEVE NECESSIDADE DE RECORRER AOS APOIOS ATRAS REFERIDOS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	16	20,5	20,5	20,5
	NÃO	45	57,7	57,7	78,2
	NS/NR	16	20,5	20,5	98,7
	4	1	1,3	1,3	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 17- É Membro De Alguma Associação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	20	25,6	25,6	25,6
	NÃO	54	69,2	69,2	94,9
	NS/NR	4	5,1	5,1	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

QUE TIPO DE ASSOCIAÇÃO PERTENCE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	PESCADORES	1	1,3	5,0	5,0
	PAUL A VISTA	2	2,6	10,0	15,0
	IRMÃOS UNIDOS	5	6,4	25,0	40,0
	COMUNITÁRIA ESPERANÇA	1	1,3	5,0	45,0
	COMUNITÁRIA DE JANELA	3	3,8	15,0	60,0
	ACADEMIA DE PASSOS	1	1,3	5,0	65,0
	SANTO CRUXIFIXO	1	1,3	5,0	70,0
	AMI FIGUEIRAL	1	1,3	5,0	75,0
	DRAGOEIRO	1	1,3	5,0	80,0
	DESPORTIVA DO PAULENSE	1	1,3	5,0	85,0
	OS AVENTUREIROS	1	1,3	5,0	90,0
	CRUZ VERMELHA	1	1,3	5,0	95,0
	A ESPERANÇA	1	1,3	5,0	100,0
	Total	20	25,6	100,0	
Missing	System	58	74,4		
	Total	78	100,0		

Tabela 18 - Considera As Associações/Coletividades Têm Recebido Todo O Incentivo Por Parte Da Cm Nos Últimos Anos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	28	35,9	35,9	35,9
	NÃO	17	21,8	21,8	57,7
	NS/NR	33	42,3	42,3	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 19- Considere Que As Potencialidades Do Município A Nível Do Turismo Tem Sido Aproveitadas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	31	39,7	39,7	39,7
	NÃO	37	47,4	47,4	87,2
	NS/NR	10	12,8	12,8	100,0
	Total	78	100,0	100,0	

Tabela 20- As Principais Dificuldades Enfrentadas Pelos Agricultores E Produtores PRAGAS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	49	62,8	100,0	100,0
Missing	System	29	37,2		
	Total	78	100,0		

PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO/VENDA

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	20	25,6	100,0	100,0
Missing	System	58	74,4		

PRAGAS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	49	62,8	100,0	100,0
Missing	System	29	37,2		
	Total	78	100,0		

DIMENSÃO DO MERCADO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	20	25,6	100,0	100,0
Missing	System	58	74,4		
	Total	78	100,0		

INEXISTÊNCIA DE COOPERATIVAS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	21	26,9	100,0	100,0
Missing	System	57	73,1		

NS/NR

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	10	12,8	100,0	100,0
Missing	System	68	87,2		
	Total	78	100,0		